

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GREICI DAIANA BENTO

**CONTABILIDADE E GESTÃO NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO
BIBLIOMÉTRICO EM PERIÓDICOS NACIONAIS.**

Florianópolis

2010

GREICI DAIANA BENTO

**CONTABILIDADE E GESTÃO NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO
BIBLIOMÉTRICO EM PERIÓDICOS NACIONAIS.**

Trabalho de conclusão de curso – TCC
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis, da Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC), como requisito para
a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Maria Denize Henrique
Casagrande, Dra.

Co-orientadora: Prof^a. Kamille Simas Ebsen
de Paiva, MSc.

Florianópolis

2010

GREICI DAIANA BENTO

**CONTABILIDADE E GESTÃO NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO
BIBLIOMÉTRICO EM PERIÓDICOS NACIONAIS.**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora constituída pela professora orientadora, professora co-orientadora e membro, abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 23 de junho de 2010.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professora Maria Denize Henrique Casagrande, Dra.
Orientadora

Professora Kamille Simas Ebsen de Paiva, MSc.
Co-orientadora

Professor Loreci João Borges, Dr.
Membro

Dedico este trabalho a minha família, por tudo o que me ensinaram, pela educação e pelos conselhos que me deram para que eu chegasse até aqui. Dedico, também, ao meu namorado, Marco Aurélio, por todo carinho e paciência que teve comigo nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida, e por me guiar durante toda a minha vida.

Aos meus avôs, João e Olindina, que são meus pais adotivos, pela educação que me deram, e por todo carinho que me proporcionaram desde o dia em que nasci.

A toda minha família, tios, tias, irmãos, primos, pelo incentivo e apoio nesta caminhada acadêmica.

Ao meu namorado, Marco Aurélio H. Silveira, por todo carinho, atenção, amor que tem dedicado nestes quatro anos de namoro, como, também, pela paciência para a conclusão deste trabalho. Enfim, agradeço muito por estar ao meu lado.

À professora, Maria Denize Henrique Casagrande, por ter aceitado como orientadora deste trabalho, mesmo com tantos afazeres, ainda assim dedicar o seu tempo para contribuir com seu conhecimento e, pelo incentivo naqueles momentos em que achei não conseguir chegar até aqui.

À professora, Kamille Simas Ebsen de Paiva, pela atenção, dedicação, paciência e pela disposição em ajudar sempre que precisei, para que este trabalho pudesse ser realizado.

Aos professores do departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelos ensinamentos e contribuições nestes anos de graduação.

Aos meus amigos de faculdade, pelo companheirismo, cumplicidade, aprendizagem e por tornar esses quatro anos tão gratificantes.

Aos meus companheiros de trabalho que sempre me incentivaram e aconselharam neste momento de conclusão.

Aos meus amigos e a todos que, de alguma forma, contribuíram na conclusão deste trabalho e para minha formação, mesmo que de forma anônima.

A todos, muito obrigada.

“Viver é acalentar sonhos e esperanças, fazendo da fé a nossa inspiração maior. É buscar nas pequenas coisas, um grande motivo para ser feliz”. (Mário Quintana).

RESUMO

BENTO, Greici Daiana. **Contabilidade e Gestão no terceiro setor**: um estudo bibliométrico em periódicos nacionais. 2010. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

O terceiro setor é composto por instituições privadas de interesse público, que não visam lucro e que prestam serviços para a sociedade. Estas instituições são caracterizadas juridicamente como associações, fundações ou entidades religiosas e prestam serviços em diversas áreas como saúde, educação, defesa de direitos, etc. Este trabalho tem como tema, pesquisas na área de contabilidade e gestão no terceiro setor, com o objetivo de identificar o perfil das publicações dos periódicos nacionais, classificados em B1 e B2, pela Capes, no período de 2005 a 2009. Com relação aos objetivos este estudo classifica-se como descritivo, por apresentar os dados das publicações, descrevendo o perfil das mesmas, com base na pesquisa bibliométrica. Quanto à abordagem do problema esta pesquisa se caracteriza como quantitativa. Os procedimentos metodológicos adotados foram à pesquisa bibliográfica e a documental. A coleta de dados obteve 32 artigos, distribuídos em 10 periódicos, que tratam sobre a contabilidade e gestão no terceiro setor. Dos 32 artigos selecionados 17 eram sobre organizações cooperativas, 07 de associações, 02 de fundações e 06 de outras entidades do terceiro setor. Destaca-se, ainda, a concentração de publicações nos anos de 2007 e 2008, com 10 artigos em cada ano o que representa mais de 50% (cinquenta por cento) do total publicado nos anos analisados. Em relação ao perfil das publicações, quanto à natureza dos estudos, obtivemos 19 estudos teóricos, divididos em: conceituais (03), ilustrativos (07) e conceituais aplicados (09); 13 estudos práticos, divididos em: estudos de caso (12); em pesquisa *survey* (01); e não se constatou pesquisas experimentais. Há predominância de abordagem qualitativa e utilizam procedimento técnico de pesquisa documental. Sendo desenvolvidas, quase sempre por dois autores, desenvolvidas geralmente por autores homens e com vínculo na área de administração. Verificou-se que apesar de um intervalo de 4 anos, de publicações analisadas, obtiveram-se poucos artigos relacionados ao tema.

Palavras-chave: Contabilidade, Estudo Bibliométrico, Gestão, Terceiro Setor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Critérios de Seleção dos Artigos	21
Figura 2 - Demonstrativo da interação entre os três setores.....	25
Figura 3 - Uma proposta de modelo de gestão	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pontuação de cada Categoria.....	42
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de Artigos Encontrados (continua)	45
Tabela 2 - Ranking de Publicações por Periódico.....	47
Tabela 3 - Classificação Qualis dos Periódicos.....	48
Tabela 4 - Artigos por Tipo de Organização.....	49
Tabela 5 - Ranking de Autores que mais Publicaram	51
Tabela 6 - Distribuição dos Artigos por Periódicos.....	52
Tabela 7 - Classificação dos Artigos Segundo a Natureza do Estudo	53
Tabela 8 - Abordagem e Objetivos Metodológicos Adotados nos Artigos	54
Tabela 9 - Procedimentos Técnicos Adotados	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de empregado da Fasfil em 1996, 2002 e 2005.....	26
Gráfico 2 - Distribuição das FASFIL por Região, em 2005.....	26
Gráfico 3 - Distribuição das FASFIL segundo sua classificação, em 2005	27
Gráfico 4- Quantidade de Publicações Por Ano	49
Gráfico 5 - Quantidade de Autor Por Artigo.....	50

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
BVS&A	Bolsa de Valores Sociais e Ambientais
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBAS	Certificado de Entidades Beneficente de Assistência Social
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil/88
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CTC-ES	Conselho Técnico-Científico da Educação Superior
CTN	Código Tributário Nacional
DAV	Diretoria de Avaliação
FASFIL	Fundações e Associações sem Fins Lucrativos
FI	Fator de Impacto
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBRACON	Instituto de Auditores Independentes do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Internacional C
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JCR/ISI	Journal Citations Report
NA	Nacional A
NB	Nacional B
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCESP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OS	Organização Social
TS	Terceiro Setor
NC	Nacional
LA	Local A
LB	Local B
LC	Local C

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA E PROBLEMA	15
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Geral.....	17
1.2.2 Específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA	17
1.4 METODOLOGIA.....	19
1.5 LIMITAÇÃO DO TRABALHO	22
1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	22
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
2.1 TERCEIRO SETOR	24
2.2 CARACTERÍSTICAS DO TERCEIRO SETOR.....	28
2.3 ENTIDADES QUE COMPÕE O TERCEIRO SETOR.....	30
2.3.1.1 Associação	30
2.3.1.2 Fundação	31
2.3.1.3 ONGs	32
2.3.1.4 Cooperativas	33
2.3.2 Certificados e Titulações	34
2.3.2.1 OSCIPs	34
2.3.2.2 Organizações Sociais.....	35
2.3.2.3 Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social.....	35
2.3.2.4 Título de Utilidade Pública.....	36
2.4 CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR	37
2.5 GESTÃO NO TERCEIRO SETOR	40
2.6 SISTEMA QUALIS DE CLASSIFICAÇÃO	41
3 RESULTADOS DA PESQUISA	45
3.1 NÚMERO DE AUTORES POR ARTIGO.....	49
3.2 AUTORES QUE MAIS PÚBLICARAM NA ÁREA DO TERCEIRO SETOR.....	50
3.3 METODOLOGIA ADOTADA NOS ARTIGOS.....	52
3.3.1 NATUREZA DO ESTUDO.....	53
3.3.2 ABORDAGEM E OBJETIVOS METODOLÓGICOS.....	53
3.3.3 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	54
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
Apêndice 1	63
Apêndice 2	64
Apêndice 3	67
Anexo 1	69

1 INTRODUÇÃO

O chamado terceiro setor é composto por instituições privadas de interesse público que não visam lucro e que prestam serviços para a sociedade. Estas instituições são caracterizadas juridicamente como associações, fundações ou entidades religiosas e prestam serviços em diversas áreas como saúde, educação, defesa de direitos, etc.

Segundo Fernandes (2002, p. 127) “a ideia de um “terceiro setor” supõe um “primeiro” e um “segundo”, e nesta medida faz referência ao Estado e ao mercado”, respectivamente.

O Estado surge a partir de três elementos, o “poder político, povo e território”. “É um poder político exercido sobre um território e uma população”, conforme destaca (GRUPPI, 1980. p. 07). “Tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, bem como o pluralismo político” (Art. 1º da CF/88). Sua finalidade básica é administrar os bens públicos para atender as necessidades coletivas, derivadas dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

O segundo setor, que abrange o mercado, tem como principal característica a finalidade lucrativa. Tal setor é composto por empresas privadas que sobrevivem da venda de bens e serviços, oferecidos ou não pelo Estado, cuja finalidade é o acúmulo de capital.

O terceiro setor começou a surgir a partir do momento em que o Estado não estava mais atendendo satisfatoriamente, a prestação de bens e serviços à população.

Neste sentido a sociedade começou a se organizar para tentar suprir as necessidades coletivas, não abrangidas pelo Estado.

Este setor se diferencia do segundo setor, por não ter a finalidade lucrativa, contudo, é considerado um setor “privado, porém público”, (FERNANDES, 2002, p.13), por ter características dos dois setores.

As organizações do terceiro setor, não têm obrigação de prestar serviços à sociedade, mas se vem na “obrigação” de ajudar o Estado. Elas surgem de demandas da sociedade não atendidas pelo Estado e mercado.

Para manutenção das atividades das organizações deste setor são

necessários recursos, materiais e humanos, por vezes oriundos do primeiro e segundo setores e outras vezes da própria entidade. Em geral estes recursos são escassos e precisam ser bem geridos a fim de garantir a prestação de serviços e continuidade da entidade.

O terceiro setor cresceu a tal ponto que as entidades tornam-se concorrentes na busca de recursos, seja estes do Estado ou do Setor Privado. Panceri (2001, p. 130) afirma que:

[...] A tendência do Terceiro Setor é crescer em tamanho, em conhecimento, em profissionalização, em número de colaboradores contratados e, principalmente, em número de pessoas atendidas, aumentando a qualidade de vida, em número de projetos executados com sucesso, em visibilidade e credibilidade.

A autora acrescenta que a tendência do terceiro setor é crescer cada vez mais em várias áreas para assim atender um número maior de pessoas melhorando a qualidade de vida delas.

A contabilidade como ciência que registra e acompanha as variações patrimoniais serve como meio de auxílio à gestão dos recursos destas entidades bem como, através de seus relatórios, também propicia transparência quanto à origem e gestão dos recursos.

Silva (2009, p. 14) afirma que

[...] a contabilidade, uma ciência social que estuda o patrimônio de uma entidade e suas variações, a qual proporciona a geração de informações para tomada de decisões é evidente a importância da mesma na configuração de toda entidade, seja de fins lucrativos ou não. Tendo em vista a contribuição de um profissional contábil que além de cumprir obrigações legais – como a de escrituração e publicação de demonstrativos contábeis, proporciona informações capazes de produzir estimativas de crescimento da organização, bem como verificar possíveis deficiências na gestão proporcionando informações que possam dar uma visão real da situação financeira e patrimonial das entidades.

Os estudos sobre o terceiro setor vêm crescendo no Brasil e, conforme relata Falconer (1999, p. 03), “é, atualmente, um dos temas que mais desperta interesse nas escolas e faculdades de Administração no Brasil”. Tal crescimento é reflexo de vários fatores como: a adoção do discurso de responsabilidade social das empresas, a descentralização como programa de reforma do Estado, privatizações, a grande quantidade de entidades do terceiro setor, entre outros. (FALCONER, 1999, p. 03).

A pesquisa em qualquer área de conhecimento é importante, para que se promovam avanços. Nas áreas sociais aplicadas, à medida que a sociedade se modifica se intensificam, também, as pesquisas. Assim, o crescimento do terceiro setor tem mobilizado pesquisadores do mundo todo, que desenvolvem estudos relacionados ao tema, inclusive no Brasil.

Tais pesquisas são divulgadas das mais diversas formas, dentre elas os artigos científicos, divulgados através de congressos, periódicos, etc.

Neste sentido, este trabalho propõe um estudo bibliométrico nos periódicos nacionais, com o intuito de analisar a produção científica relacionada à contabilidade e gestão do terceiro setor.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Atualmente existe a presença de três setores com características distintas: o setor público (primeiro) representado pelo Estado, o mercado (segundo), e o terceiro e último setor, composto por organizações privadas de interesse público que não visam lucro e prestam serviços em diversas áreas, assim como o primeiro setor.

O terceiro setor, segundo Nunes, (2006, p. 31), “encontra-se, portanto, preenchendo as lacunas da sociedade onde o governo não alcança e ao mercado não interessa”.

A sociedade civil vem se organizando para tentar suprir algumas demandas do Estado constituindo organizações dotadas de personalidade jurídica.

Segundo Paes (2003, p. 38)

Dessa união de pessoas ou de patrimônios, surgem as pessoas jurídicas, as quais a legislação, ou seja, o ordenamento jurídico torna apto juridicamente a adquirir e exercer direitos e a contrair obrigações.

Por se tratar de pessoa jurídica, mesmo sem finalidade de lucro, estas geram um patrimônio e necessitam de contabilidade. Atualmente existem normas voltadas para esse tipo de organização como, por exemplo, o Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social, criado pelo CFC.

O Conselho Federal de Contabilidade por entender que as entidades do

terceiros se diferenciam, em alguns aspectos, de outras entidades como as de fins lucrativos, criou normas específicas para essas organizações.

Ressalta-se que a base da contabilidade nas organizações do terceiro setor é a mesma para as demais, com suas especificidades.

Essas organizações necessitam, assim como as demais, de gestão de recursos, por estas muitas vezes, serem financiadas com capital de terceiros, através de doações, convênios e parcerias. Tais recursos devem ser bem geridos, e apresentados pela contabilidade, nas demonstrações contábeis, para desta forma dar segurança aos seus parceiros, doadores e ao governo de que os recursos estão sendo aplicados no fim a que se destinaram, além de possibilitar o aumento na captação de recursos.

A gestão em uma entidade serve para programar suas estratégias sociais amarrando sua missão, visão e objetivos, no longo prazo, visando à continuidade da entidade e não deixando que se desviem de seus fins, considerando que neste tipo de entidade é muito importante.

O terceiro setor vem crescendo com o passar dos anos, conforme pesquisa do IBGE e outras instituições em 2008, sendo mais conhecido pela sociedade, através das suas ações de impacto social, nas áreas de educação, saúde, direitos humanos, meio ambientes, entre outros.

Destaca-se ainda na economia, pela geração de empregos e pelos recursos que movimenta, devido à grande quantidade de entidades que se desenvolve no país para, muitas vezes, tentar suprir as necessidades sociais, que o Estado não alcança.

Atualmente existem poucas pesquisas na área do terceiro setor, mas juntamente com o crescimento dessas organizações, o interesse em conhecer melhor este tema, também, vem crescendo.

Deve-se levar em conta que os estudos na área de contabilidade e gestão no terceiro setor, são também escassos, por ser um tema mais específico.

A contabilidade e a gestão são de grande importância para as entidades do terceiro setor, deste modo, surgem à necessidade de pesquisas, publicações, como em artigos, por parte da academia (instituições de educação superior) e de outros profissionais da área, para que tenham discussões sobre o tema, haja vista, as poucas publicações.

Devido à importância da contabilidade e gestão para as entidades do terceiro

setor, o tema de pesquisa deste estudo é: Pesquisas na área de contabilidade e gestão no terceiro setor, publicadas nos periódicos nacionais.

Sendo assim a pergunta de pesquisa a ser respondida é: Qual o perfil das publicações sobre a contabilidade e gestão no terceiro setor nos periódicos classificados como nacionais Qualis B1 e B2?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Evidenciar o perfil das publicações sobre contabilidade e gestão no terceiro setor nos periódicos nacionais classificados como nacionais Qualis B1 e B2.

1.2.2 Específicos

- a) Caracterizar as entidades do terceiro setor e o sistema Qualis de avaliação de periódicos;
- b) Identificar nos periódicos nacionais, com classificação Qualis B1 e B2, artigos científicos relacionados à contabilidade e gestão no terceiro setor no período de 2005 a 2009;
- c) Apresentar o perfil das publicações identificadas por meio de um estudo bibliométrico.

1.3 JUSTIFICATIVA

O terceiro setor vem crescendo e desempenha um importante papel na

sociedade, devido ao desempenho insatisfatório do Estado.

Para que essas organizações não sejam obrigadas a interromper suas atividades, são necessários recursos, principalmente financeiros, que muitas vezes são repassados pelo Estado e mercado.

Diante disso, a contabilidade e a gestão, se fazem necessárias dentro da instituição, para acompanhar, o gerenciamento dos recursos, bem como para ter transparência na origem e utilização dos mesmos.

Segundo Silva (2009, p. 15):

É comum encontrar organizações sem fins lucrativos que enfrentam dificuldades financeiras diante da escassez de recursos. Contudo, as dificuldades vão além das financeiras, sofrem também com as falhas administrativas e contábeis, pois se preocupam muitas vezes apenas com as exigências legais e esquece um planejamento financeiro, assim como não apresentam um controle eficiente de recursos, levando a tomada de decisões sem uma base segura, o que seria facilitada com uma correta utilização de informações gerenciais. [...] isso acontece porque, muitas vezes, seus gestores são especialistas na atividade fim da entidade, normalmente ligadas a atividades sociais, sendo leigos no que se refere à gestão.

Como relata o autor, muitas entidades do terceiro setor não tem o conhecimento da importância de uma gestão eficiente que possam auxiliar na tomada de decisão, isto se dá, pelo fato de seus gestores, muitas vezes, não serem especialistas da área e se aterem apenas a atividade fim da organização.

Para garantir a continuidade da entidade, o uso de uma gestão é de grande valia, pois os gestores programam as estratégias sociais, conforme os objetivos da entidade, levando em consideração sua missão e visão, no longo prazo.

Para Silva (2009, p. 15)

Como estas instituições habitualmente têm o apoio do poder público ou têm seus projetos subsidiados por financiadores. É importante que apresentem informações financeiras corretas, claras e seguras.

É necessário que estas instituições apresentem informações fidedignas, claras, seguras, pois muitas vezes são subsidiadas pelo poder público ou outros financiadores.

Outro ponto que pode ser mencionado são os benefícios fiscais concedidos pelo primeiro setor, como imunidade e isenção de imposto e contribuições a este tipo de organização, para dar incentivo à criação de mais instituições desse gênero e ajudar a manter as já existentes.

Mas para ter esses benefícios a entidade necessita preencher alguns requisitos como: não distribuir lucros, aplicar seus recursos no Brasil e na manutenção da instituição, e manter escrituração de suas receitas e despesas em livros próprios. (CTN, art. 14)

Isso ressalta o quanto a contabilidade e a gestão são importantes em uma organização do terceiro setor, pois ela é necessária para arrecadar recursos para ter direitos a benefícios do governo, o gerenciamento de aplicação dos recursos recebidos, prestação de contas, entre outros.

Reforçando a importância da contabilidade como uma ferramenta de gestão Silva (2009, p.15) reforça que,

As organizações do Terceiro Setor podem requerer, em determinadas situações o gozo a imunidade e a isenção- dispensas tributárias dadas a elas por lei. Contudo essa dispensa não as desobriga de prestarem contas com o poder público. Dentre todas as obrigações legais dispostas as organizações do Terceiro Setor, algumas delas são as chamadas obrigações tributárias acessórias onde as organizações do Terceiro Setor, assim como as entidades do segundo setor fornecem informações ao Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria da Receita Federal.

Neste sentido, os estudos em relação a este tema, tornam-se, também, importantes, pela necessidade dos contadores e dos gestores estarem capacitados para dar suporte a essas entidades.

Desta forma este trabalho busca fazer um levantamento das pesquisas sobre contabilidade e gestão no terceiro setor, e a análise do perfil das mesmas.

É importante traçar o perfil destas publicações, para revelar suas características, constatando os tipos de entidades que estão sendo abrangidas, se há a concentração de autores, quais tipos de metodologias estão sendo utilizadas, entre outros aspectos.

Destaca-se, ainda, sua contribuição no sentido de dar direcionamentos para novos estudos na área.

1.4 METODOLOGIA

Pesquisa é definida segundo Gil (2008, p.17) “como o procedimento racional

e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Quanto aos objetivos este estudo se classifica como descritivo, por apresentar os dados das publicações e evidenciar o perfil das publicações científicas na área de contabilidade e gestão no terceiro setor, com base na pesquisa bibliométrica.

A pesquisa descritiva “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno”, conforme descreve Gil (2008, p. 42).

Quanto à abordagem do problema esta pesquisa se caracteriza como quali-quantitativo, por utilizar as duas classificações ao mesmo tempo.

É qualitativo por analisar o perfil das publicações na área de contabilidade e gestão no terceiro setor, e é quantitativo por quantificar os dados coletados, podendo usar métodos estatísticos.

Para Silva e Menezes (2001, p. 20) a pesquisa qualitativa consiste em

“[...] uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas e os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente”.

Segundo Souza, Fialho e Otani (2007, p. 39), a pesquisa quantitativa “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto no processo de coleta de dados quanto na utilização de técnicas estatísticas para o tratamento dos mesmos”.

Em relação aos procedimentos técnicos adotados neste estudo, a pesquisa se classifica como bibliográfica e documental, devido à utilização de material já elaborado; bem como a utilização de leis, normas, decretos, resoluções, para a obtenção de conceitos e conhecimento da área pesquisada,

De acordo com Marconi e Lakatos (2001, p.43-44), pesquisa bibliográfica

Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e impressa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.

De acordo com Souza, Fialho e Otani (2007, p. 41) a pesquisa documental “assemelha-se à pesquisa bibliográfica, diferenciando-se apenas na natureza das fontes”.

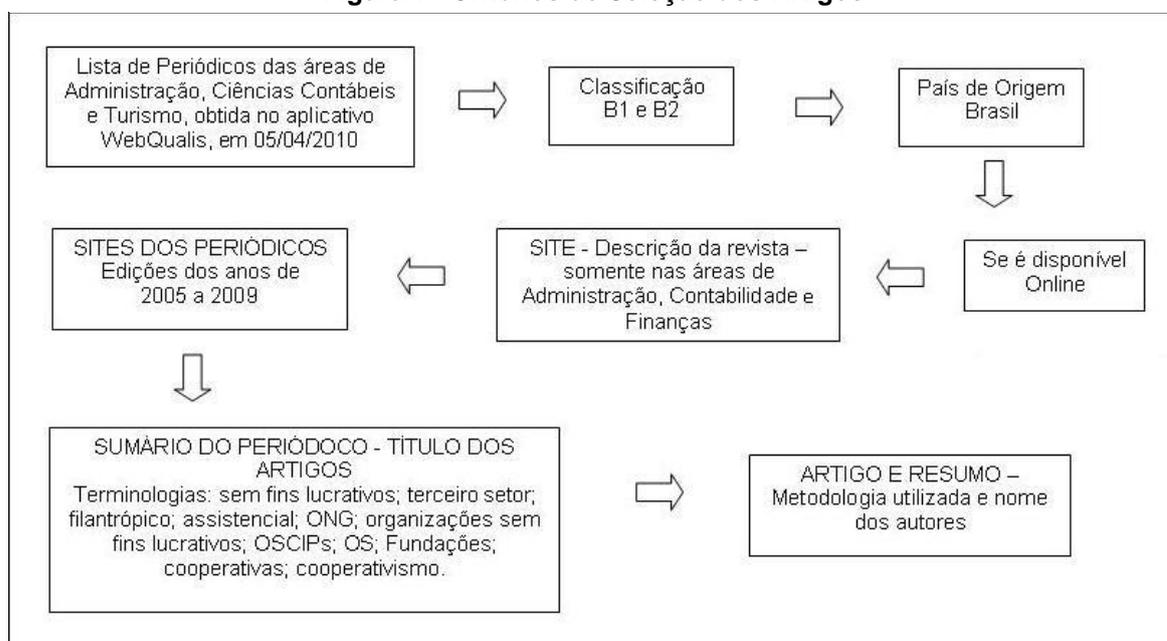
Para alcançar o objetivo proposto de evidenciar o perfil das publicações da área de contabilidade e gestão no terceiro setor, foi utilizada a técnica da

bibliometria, que para Macias-Chapula (1998, p. 134), “é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada”.

Para a coleta de dados foram selecionados os artigos publicados nos periódicos nacionais da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, com classificação Qualis B1 e B2 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2005 a 2009, que estavam disponíveis na Internet. Tal classificação foi escolhida por serem as mais altas escalas de classificação de periódicos no Brasil.

Os critérios para a coleta de dados pode ser melhor observado na Figura 1.

Figura 1 - Critérios de Seleção dos Artigos



Fonte: elaborado pela autora, (2010).

Primeiramente foi obtida no site da CAPES no aplicativo *Webqualis* a lista de periódicos das áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, com a data corte no dia cinco de abril de dois mil e dez.

Na sequencia foram filtrados apenas os que tinham a classificação B1 e B2. Observou-se, nesta lista, quais periódicos tinham origem no Brasil, verificando ao lado de cada nome o país ou cidade, quando não era possível observar na lista verificava-se na Internet a sua origem.

Após verificou-se os periódicos que estavam disponíveis online e em seguida

as edições publicadas nos anos de 2005 a 2009. Em cada edição observou-se em seus sumários, através dos títulos dos artigos a ocorrência das terminologias referentes ao terceiro setor e assim identificar as publicações que eram da área de contabilidade e gestão.

E por último observou-se, primeiramente no resumo a metodologia utilizada nos artigos e quando não era possível no resumo verificava-se diretamente no artigo, bem como os dados relacionados com os autores.

1.5 LIMITAÇÃO DO TRABALHO

Este estudo limita-se aos periódicos: classificados pelo Qualis B1 e B2, com origem no Brasil e que estavam disponíveis online, o artigo ou o resumo.

Limita-se ainda nos periódicos que tenham descrição nas áreas de administração, contabilidade e/ou finanças e que foram publicados nos anos de 2005 a 2009.

Além dos que foram mencionados há também limitação quanto às conclusões, pois não podem ser generalizadas aos demais periódicos que não se classificam como B1 e B2, bem como os que eventualmente, mesmo tendo tal classificação, não são disponibilizados resumos e/ou artigos online.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos divididos em subseções para melhor organização do trabalho.

O primeiro capítulo apresenta uma introdução do assunto que será tratado, seguido do tema e problema do estudo, objetivo geral e específico, justificativa para elaboração do trabalho e metodologia da pesquisa.

No segundo capítulo apresenta-se a fundamentação teórica, que aborda a opinião de diversos autores sobre o tema, para então adquirir conhecimento da área pesquisada.

O terceiro capítulo consta os resultados, no qual é apresentado o perfil das publicações na área de contabilidade e gestão no terceiro setor.

No quarto capítulo são apresentadas as conclusões da pesquisa e sugestões para futuros trabalhos.

Por fim, são apresentadas as referências utilizadas no desenvolvimento deste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TERCEIRO SETOR

O Estado vem se mostrando ineficiente no cumprimento seus deveres, no atendimento as demandas, principalmente na área social, educacional e cultural. Com isso a sociedade vem se organizando, surgindo nesse contexto o chamado terceiro setor que é definido como o conjunto das organizações sem finalidade de lucro (COELHO, 2000).

Segundo Paes (2003. p. 88), o terceiro setor pode ser definido

[...] como o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento.

Define também Nunes (2006. p. 25)

[...] como o conjunto de organizações de origem privada, dotadas de autonomia, administrativa própria e finalidade não lucrativa, cujo objetivo é promover o bem-estar social através de ações assistenciais, culturais e de promoção da cidadania.

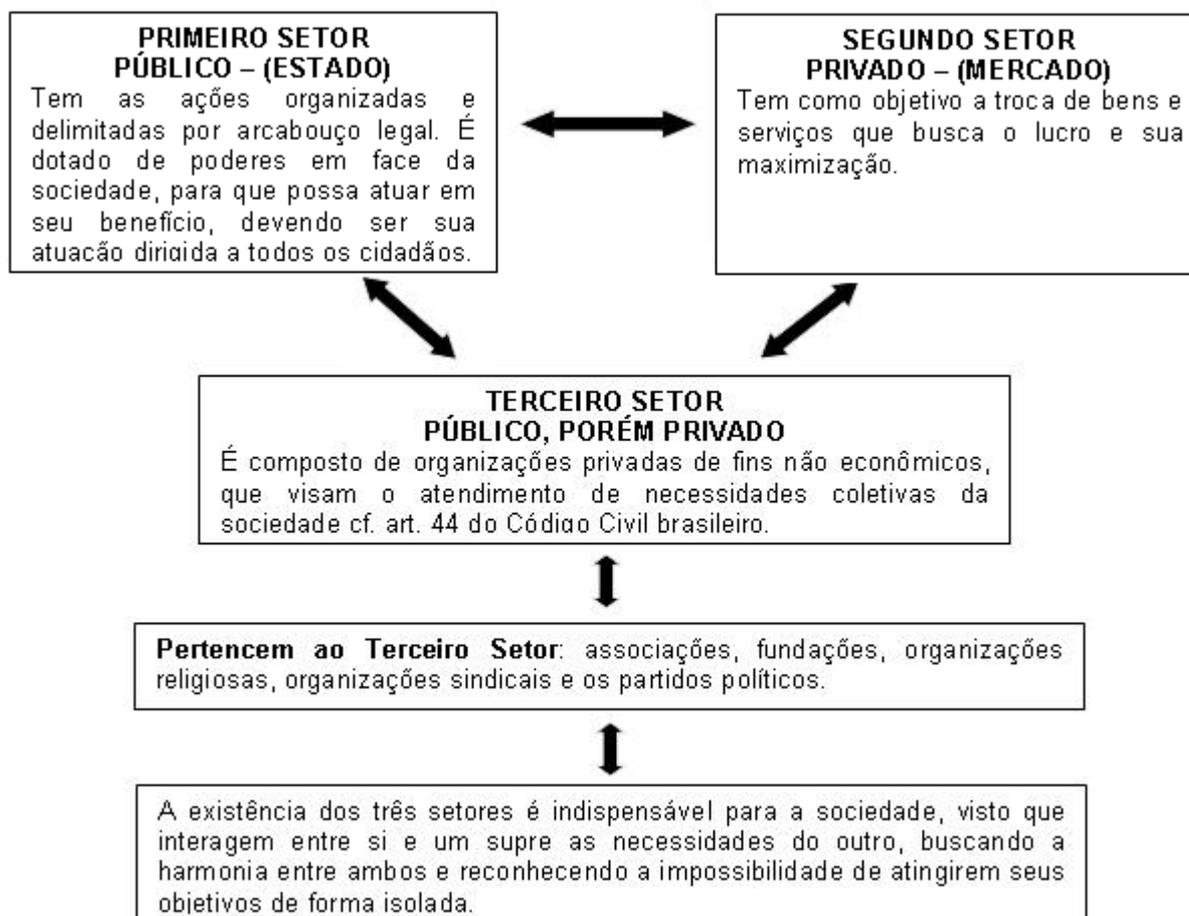
O terceiro setor começou a ser reconhecido, por sua importância no âmbito da sociedade e da economia, pela sua capacidade de mobilização de pessoas e materiais para o atendimento de importantes demandas sociais, que o Estado não atende; pela sua capacidade de geração de empregos e pelo aspecto qualitativo, caracterizado por seu idealismo, como a participação democrática, exercício da cidadania e responsabilidade social (PAES, 2003).

Este setor vem tentando preencher os espaços deixados pelo Estado (primeiro setor) e pelo setor privado, que atua na comercialização de bens e serviços (segundo setor), através de associações civis e fundações de direito privado, entidades estas que se mobilizam para iniciativas de desenvolvimento social, são organizações de natureza “privada”, sem finalidade de lucro, com objetivos sociais ou públicos (PAES, 2003).

Como pode ser observado na Figura 2, surge dos dois primeiros setores, um

terceiro, que vem para suprir as demandas não atendidas por estes, na área social, educacional, cultural. Pode-se concluir que o terceiro setor tem características dos dois setores anteriores, é público, por ter a finalidade de atendimento da coletividade, porém de natureza jurídica privada e independente do Estado.

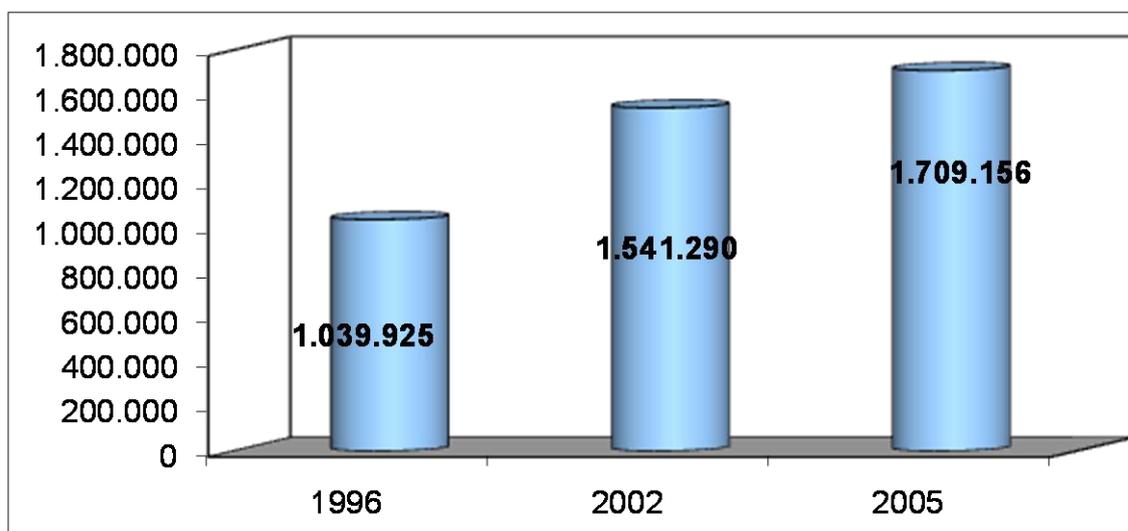
Figura 2 - Demonstrativo da interação entre os três setores



Fonte: Adaptado de MACHADO, (2006, p. 32).

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - ABONG e com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE, mostra que no ano de 2005 existiam mais de 338 mil organizações sem fins lucrativos no país, empregando mais de 1,7 (um vírgula sete) milhões de trabalhadores, no Gráfico 1, podemos visualizar o quanto estas entidades representam para o crescimento de empregos no Brasil do ano de 1996 até o ano de 2005.

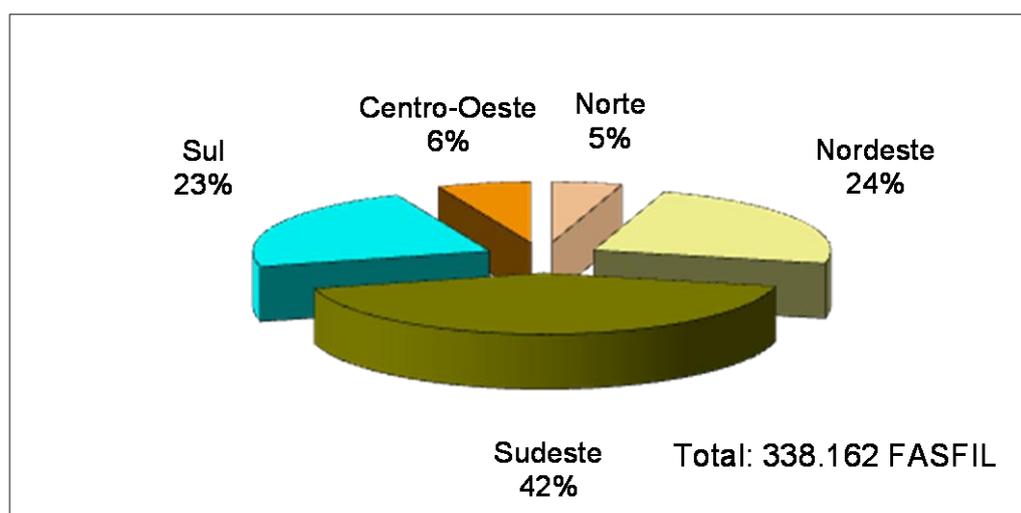
Gráfico 1 - Número de empregado da Fasfil em 1996, 2002 e 2005



Fonte: ABONG; IPEA; IBGE; GIFE. Mapeamento das Fundações privadas e associações sem fins lucrativos – FASFIL (2005). Agosto de 2008.

A mesma pesquisa, elaboradas pelo IBGE no ano de 2008, nos mostra que a maior parcela, dessas organizações de interesse público, se concentra na região sudeste com o percentual de 42% (quarenta e dois por cento). Pode-se justificar tal valor por ser uma região de grande concentração de pessoas que deixam seu lugar de origem para tentar uma vida melhor, em grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo. O Gráfico 2 apresenta como estão distribuídas as organizações por regiões.

Gráfico 2 - Distribuição das FASFIL por Região, em 2005



Fonte: ABONG; IPEA; IBGE; GIFE. Mapeamento das Fundações privadas e associações sem fins lucrativos – FASFIL (2005). Agosto de 2008.

Essas organizações desenvolvem atividades em diversas áreas como assistência social, cultura, educação, defesa dos direitos, religião, saúde, entre outras. O IBGE e outras instituições através de sua pesquisa no ano de 2008 mostram a distribuição dessas entidades conforme sua classificação, área de atuação, como descreve o Gráfico 3. Destaca-se aqui 83.775 (oitenta e três mil, setecentos e setenta e cinco) entidades que atuam na área religiosa, atribuindo o maior percentual, de 25% (vinte e cinco por cento), dentre todas as áreas de atuação das organizações sem fins lucrativos.

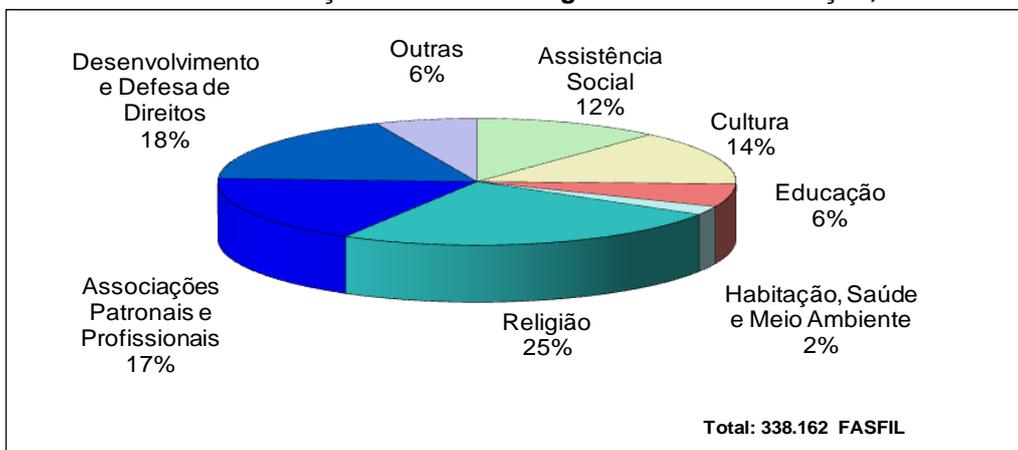
Importante mencionar que foi com a igreja que tal setor teve origem, primeiro com a católica com ajuda aos pobres, mais tarde com os protestantes que trouxe em discussão a questão social e a capacidade de associação de pessoas em busca de um objetivo comum. Albuquerque, (2006. p. 21) confirma que “os movimentos associativos tiveram origem, inicialmente com caráter religioso ou político”.

E Paes, (2003. p. 94) vem confirmar que “a tradição religiosa no terceiro setor está irmanada com seus mais profundos objetivos: ajuda ao próximo, o repartir, a preocupação social.”

Então como os autores mencionam o terceiro setor teve uma influencia, inicialmente com a tradição religiosa, atualmente muitas dessas instituições, ainda tem características parecidas com instituições religiosas como: de ajuda ao próximo, o repartir e a preocupação religiosa.

Desta forma, pode-se justificar o maior percentual nesta área de atuação, obtida com a pesquisa do IBGE.

Gráfico 3 - Distribuição das FASFIL segundo sua classificação, em 2005



Fonte: ABONG; IPEA; IBGE; GIFE. Mapeamento das Fundações privadas e associações sem fins lucrativos – FASFIL (2005). Agosto de 2008.

Ainda sobre conceito do terceiro setor, de acordo com as palavras de Fernandes, (2002, p. 19), ele é “não-governamental, não-lucrativo, porém organizado, independente, e mobiliza particularmente o comportamento voluntário das pessoas, leva a mudanças gerais nos modos de agir e pensar”. Segundo o mesmo autor, (2002, p. 21), “visam à produção de bens e serviços públicos, com dupla qualificação: não geram lucros e atendem as necessidades coletivas”.

O terceiro setor é um setor com características bem específicas, é a união de todas as instituições voltadas para o atendimento das necessidades coletivas da sociedade, como relata todos os autores citados anteriormente.

2.2 CARACTERÍSTICAS DO TERCEIRO SETOR

O terceiro setor é formado por organizações distintas e o que define se uma entidade pertence ou não terceiro setor são as características comuns que tais entidades apresentam.

Segundo o CFC, (2008, p. 23), as organizações do terceiro setor apresentam as seguintes características:

- a) Promoção de ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade;
- b) Manutenção de finalidades não-lucrativas;
- c) Adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais;
- d) Atividades financiadas por subvenções do primeiro setor e doações do segundo setor e de particulares;
- e) Aplicação do resultado das atividades econômicas que, por ventura, exerçam nos fins sociais a que se destina;
- f) Desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado.

As organizações do terceiro setor possuem características de: prestadoras de um serviço público com o objetivo de promover o bem estar social; serem privadas, sem fins lucrativos e dotadas de autonomia e administração própria. (COELHO, 2000; NUNES, 2006; PEYON, 2004; e ROSA, et. al., 2003).

Conforme destacado anteriormente pelo CFC, as entidades do terceiro setor caracterizam-se, também, pelas formas de captação de recursos.

São várias as formas de captação de recursos por essas entidades, são

exemplos, os instrumentos jurídicos de contratos, convênios e termos de parcerias. Os convênios geralmente são firmados com entidades públicas (primeiro setor), já os contratos e termos de parcerias, podem ser firmados tanto com entidades do primeiro setor como também do segundo (empresas privadas). (CFC, 2008, p.73).

Segundo Di Pietro (2001, p. 285), pode-se descrever o funcionamento dos convênios

[...] no convênio, se o conveniado recebe determinado valor, este fica vinculado à utilização prevista no ajuste; assim, se um particular recebe verbas do poder público em decorrência de convênio, esse valor não perde a natureza de dinheiro público, só podendo ser utilizado para os fins previstos no convênio; por essa razão, a entidade está obrigada a prestar contas de sua utilização, não só ao ente repassador, como o Tribunal e Contas.

Destaca-se, então, que os convênios celebrados entre o conveniente e o conveniado, sempre terão destino certo, terá que ser cumprido o que foi previsto em convênio, provando a correta utilização através das prestações de contas ao órgão que lhes repassou o recurso, bem como ao Tribunal de Contas da União, ao do estado, ou ao do município.

O termo de parceria é firmado entre o poder público e uma entidade do terceiro setor que tenha o certificado de Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), seu funcionamento se assemelha ao do convênio, pois é “um acordo de cooperação entre as partes”. (CFC, 2008, p. 90)

Nos contratos, segundo CFC, (2008, p. 89) “a entidade é contratada para prestar um serviço, e ao contratante interessa o cumprimento do que foi acordado. O recurso é repassado para entidade e ela não sofre qualquer restrição na sua aplicação”

Percebe-se então que no caso dos contratos as entidades têm mais liberdade para gerir esses recursos, o que não acontece nos convênios e nos termos de parcerias por serem sempre vinculados a um determinado fim.

Outro mecanismo de captação de recursos que, atualmente, está disponível para as entidades do terceiro setor é o BVS&A (Bolsa de Valores Sociais e Ambientais), criado pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), que segundo Fucs (2008, p. 02) “são tantas as ONGs no Brasil que a Bovespa decidiu criar um mecanismo semelhante ao de ações para ajudá-las a captar recursos”

Ainda segundo o mesmo autor, esta “iniciativa já permitiu a doação de R\$ 9,6 milhões a 73 projetos em todo o Brasil desde sua criação, em 2003”. Com esta iniciativa a Bovespa está servindo de inspiração a outros países, como no caso da África do Sul, que já criou algo semelhante, e a Alemanha que quer fazer o mesmo. (FUCS, 2008, p. 02).

2.3 ENTIDADES QUE COMPÕEM O TERCEIRO SETOR

As entidades que compõem o terceiro setor podem ser assim denominadas: fundações, associações, ONGs, OSCIPs, cooperativas, organizações sociais entre outras. Diferenciam-se por seus aspectos conceituais e legais, e ainda, através de certificados e titulações que recebem de instituições governamentais.

2.3.1 Aspectos Conceituais e Legais

A seguir tratar-se-á dos aspectos conceituais e legais de cada entidade, que compõem do terceiro setor; observando suas formas de constituição, de administração, quais legislações são relacionadas a elas, etc.

2.3.1.1 Associação

Associação é a união de pessoas que se organizam por um mesmo objetivo, uma mesma causa, sem interesse de lucro, visando apenas causas sociais ou interesses da comunidade.

Para Paes (2003, p. 43),

Associação é um agrupamento de pessoas dotado de personalidade jurídica, de direito privado, voltada à realização dos interesses de seus associados ou de uma finalidade de interesse social, cuja existência legal surge com a inscrição de seu estatuto.

O art. 53 do Código Civil dispõe que “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.”

Há associação quando não há fins lucrativos, ou intenção de distribuição de lucros, podendo ela realizar negócios, para obtenção de superávit, que deve ser aplicado em seu patrimônio e em seu trabalho, cultural, educacional esportivo, religioso, recreativo, dependendo de sua finalidade (PAES, 2003)

A organização das associações se dá internamente, através de órgãos deliberativos e administrativos, e sua composição e funcionamento deverão ser definidos pelo estatuto da entidade.

Nas associações geralmente existem três órgãos, o deliberativo, o executivo e o fiscal. O órgão de deliberação máxima é a assembleia geral, é a reunião legalmente obrigatória e periódica dos membros (CFC, 2008).

O executivo, normalmente denominado de Diretoria Executiva, conforme Tachizawa, (2007, p.18), “pode ser exercida por uma única pessoa ou, então, de forma colegiada, que é um modelo de gestão mais democrático e participativo e, sendo a situação mais comum”.

O conselho fiscal não é obrigatório, mas previsto na lei das sociedades por ações, é um órgão que vem para ajudar na deliberação das contas da entidade. Deve ser previsto em estatuto, constituído por um grupo de associados que terá a função apresentar um relatório à assembleia, para dar condições a esta de aprovar as contas do órgão executivo. (TACHIZAWA, 2007, p.19).

2.3.1.2 Fundação

Diferente das associações, as fundações não nascem de um grupo de pessoas com o mesmo objetivo, mas sim de um patrimônio que é doado através de escritura pública ou testamento.

Segundo Araújo (2005, p. 17), “uma fundação pode ser criada pelo desejo de apenas um indivíduo, não necessitando que haja a reunião de pessoas para que ela exista”.

Para o CFC (2008, p. 25) “as fundações são entes jurídicos que têm como fator preponderante o patrimônio, este ganha personalidade jurídica e deverá ser

administrado de modo a atingir o cumprimento das finalidades estipuladas pelo seu instituidor”.

Assim uma fundação poderá ser criada a partir do desejo de apenas uma pessoa, para atingir os fins para a qual foi criada. Nasce com o patrimônio, devendo este ser administrado para alcançar os objetivos instituídos pela pessoa ou pelas pessoas que as criaram.

O art. 62 do Código Civil dispõe que

[...] para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

O art. 62 dispõe, ainda, em seu parágrafo único, que a fundação somente poderá se constituir para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

Para que uma fundação exista é necessário um patrimônio, que deverá ser significativo, para que esta funcione. Outra necessidade é a criação de um estatuto para reger suas atividades, no qual deverá ser aprovado pelo órgão fiscalizador.

As fundações serão fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado, em que estiverem situadas, conforme dispõe o art. 66 do Código Civil.

2.3.1.3 ONGs

A sigla ONG tem o significado de Organização não Governamental, que o próprio nome já a conceitua, de ser uma organização que não pertence ao governo, ao Estado.

Para Tenório (2005, p. 11) “são organizações sem fins lucrativos, autônomas, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado”.

Segundo relata Rosa et. al. (2003, p. 31) não há, no Brasil, definição em lei sobre esta organização, mas há um reconhecimento cultural desta definição.

Ainda, segundo o mesmo autor, “são organizações que lutam por uma causa”. “São constituídas para fins não econômicos, e que se organizam espontaneamente para a execução de certo tipo de atividade cujo cunho é de interesse público,

regidos por um estatuto”. (ROSA, et. al. 2003, p. 32)

Por não ter uma definição legal para este tipo de organização, geralmente se enquadram como associação civil, podendo, também, se enquadrarem como fundação, o que é mais raro.

Outra definição sobre este tipo de organização é apresentada por Albuquerque (2006, p. 31) “como instituições privadas sem fins lucrativos que, ao obter algum resultado econômico de suas atividades, devem reinvesti-lo na atividade-alvo da organização”.

Essas entidades não têm por finalidade o lucro, mas ao obter algum resultado positivo deverá reinvesti-lo na atividade fim da mesma.

2.3.1.4 Cooperativas

Cooperativa é a organização constituída por pessoas que se associam por um objetivo comum. É constituída por um grupo de pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens e serviços, de interesse comum, sem a finalidade de lucro (Lei nº 5.764/1971).

Estas sociedades são entendidas pela a OCESP como “associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns a seus integrantes”. (2010)

Para a Organização das Cooperativas Brasileiras cooperativismo “é o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual”. (2010)

As cooperativas são classificadas em 13 (treze) ramos de atividade econômica sendo eles: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infra-estrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte e turismo e lazer. Tais ramos foram estabelecidos pelo Conselho Diretor da OCB, em 04 de maio de 1993, baseados nas diferentes áreas em que o movimento atua.

Para Carvalho e Bialoskorski Neto (2008, p. 422) as cooperativas, são definidas como:

[...] organizações de fins econômicos, mas sem finalidade de lucro, constituídas por associados que, ao mesmo tempo, são clientes,

beneficiários, gestores da organização e investidores, onde a cada associado cabe um único voto, independente de seu tamanho e no caso de existir sobra, essa poderá ser distribuída em proporção à atividade de cada sócio para com a cooperativa.

As entidades cooperativas estão inseridas no terceiro setor por não ter a finalidade de lucro, ser constituídas por um grupo de pessoas com o mesmo objetivo, para atender as necessidades da coletividade através da prestação de bens e serviços.

2.3.2 Certificados e Titulações

Devido à importância das organizações do terceiro setor para a sociedade, o governo concede a estas, títulos, certificados e registros que reconheçam os trabalhos desenvolvidos por elas, e possibilitam, desta maneira, a obtenção de alguns benefícios, como imunidade e isenções, recebimento de recursos, através de convênios, doações, subvenções sociais, termos de parcerias, etc.

2.3.2.1 OSCIPs

OSCIP é a sigla que representa o termo Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, é um certificado criado pela Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999 que qualifica as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos.

Esta qualificação é dada a associações ou fundações pelo governo federal e emitida pelo Ministério da Justiça, ao analisar o estatuto da instituição e a documentação solicitada, dentre elas os demonstrativos contábeis, desde que atendidos os requisitos instituídos no art. 3º da referida Lei.

O art. 2º da lei das OSCIPs relaciona as organizações privadas, sem fins lucrativos, que mesmo enquadradas nas finalidades descritas pelo art. 3º, não podem obter a qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Um dos benefícios de uma instituição ser qualificada como OSCIP, é a

possibilidade de firmar um termo de parceria com o poder público, para a obtenção de recursos, a serem utilizados na execução dos fins a que se destinam. Tal termo está previsto na Lei das OSCIPs.

2.3.2.2 Organizações Sociais

A Organização Social – OS, é mais uma qualificação de entidade sem fins lucrativos. São pessoas jurídicas de direito privado que exercem atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

As entidades são qualificadas como OS pela Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998, que tem como requisitos específicos para obtenção desta qualificação o disposto no art. 2º da referida lei.

Com esta qualificação a entidade poderá firmar um contrato de gestão com o poder público, com a finalidade de formar uma parceria entre as partes para a realização das atividades relativas às áreas já mencionadas.

O contrato de gestão e o termo de parceria, no caso deste último ser firmado com as OSCIPs, se diferenciam na questão do tramite burocrático.

Os contratos de gestão são mais controlados, tem a participação de pessoas ligadas ao poder público no conselho de administração da entidade, devendo ser de 20 (vinte) a 40% (quarenta por cento) dos membros, conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 9.637/1998.

Já os termos de parcerias são menos burocratizados no momento de firma algo com o governo, devido há todas as exigências contidas na lei que as qualificam, tornando essas entidades mais transparentes. E assim, dar segurança ao ente público que os recursos serão corretamente aplicados pela entidade (ARAÚJO, 2005).

2.3.2.3 Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social -CEBAS

O CEBAS, até o ano de 2009 era concedido pela Lei nº 8.742/1993, que foi alterada pela Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

A certificação de entidade de assistência social é concedida a pessoas jurídicas de direito privado, que tenham como finalidade a prestação de serviços nas áreas de educação, saúde e assistência social, atendidas as exigências impostas pela Lei nº 12.101/2009.

A competência para a concessão ou a renovação deste certificado ficará a cargo dos seguintes Ministérios:

I - da Educação, quanto às entidades educacionais;

II - da Saúde, quanto às entidades da área de saúde; e

III - do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, quanto às entidades de assistência social.

O benefício que esta certificação traz é isenção da cota patronal do INSS, que a entidade fará jus, desde que atenda os requisitos dispostos no art. 29 da Lei nº 8.742/1993.

2.3.2.4 Título de Utilidade Pública

A Lei nº 91/1935 institui o Título de Utilidade Pública Federal que é concedido às sociedades civis, as associações e as fundações, sem interesse de lucro e que sejam estabelecidas no território nacional. Conforme descrito no art. 3º da Lei nº. 91/35

[...] nenhum favor do Estado decorrerá do título de utilidade pública, salvo a garantia do uso exclusivo, pela sociedade, associação ou fundação, de emblemas, flâmulas, bandeiras ou distintivos próprios, devidamente registrados no Ministério da Justiça e a da menção do título concedido.

As entidades que desejarem obter tal título deverão atender aos seguintes requisitos:

a) Ter personalidade jurídica;

b) Ter efetivo funcionamento e servir desinteressadamente à coletividade;

c) E que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou

consultivos não sejam remunerados.

As entidades que obtiverem este título perante a União, terão direito a, segundo Rosa et. al. (2004, p. 41) e CFC (2008, p. 41):

- a) Receber doações e subvenções da União;
- b) Receber receitas das loterias federais;
- c) Realizar sorteios;
- d) Ser isentas de recolher a cota patronal para o INSS;
- e) Ser isenta de depositar o FGTS;
- f) Permitir que pessoas físicas e jurídicas pudessem deduzir do imposto de renda suas doações.

O título de utilidade pública traz vários benefícios às entidades do terceiro setor, se respeitados os requisitos impostos pela lei, farão jus, ao recebimento de doações e subvenções, recebimento de receitas das loterias federais a realizar sorteios, ser isenta de recolher a cota patronal do INSS, entre outros.

Este título é concedido pelas três esferas de governo, União, Estados e Municípios.

2.4 CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR

Para o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), (1986, p.01), a contabilidade é definida como,

[...] um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

Segundo Peyon, (2004, p. 17) “o patrimônio, em sua extensão monetária, é o objeto da contabilidade. Portanto, a contabilidade estará presente onde existir um patrimônio para ser administrado, seja ele pertencente a uma pessoa natural ou a uma pessoa jurídica”.

Ainda segundo o mesmo autor a finalidade da contabilidade é prestar informações aos usuários, e para alcançar esta finalidade utiliza-se de etapas ou técnicas de planificação, escrituração, demonstrações contábeis, análise de balanços e tomada de decisão. (2004, p. 60)

As entidades do terceiro setor são aquelas sem finalidade de lucros.

Constituem-se de um patrimônio, bens e direitos adquiridos, desta forma essas entidades devem seguir as normas contábeis brasileiras, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, que são as seguintes:

NBC T 2.2 – Da documentação contábil;

NBC T 2.5 – Das contas de compensação;

NBC T 10 – Aspectos contábeis e entidades diversas;

NBC T 10.4 – Fundações;

NBC T 10.18 – Entidades sindicais e associações de classe;

NBC T 10.19 – Entidades sem fins lucrativos;

NBC T 10.8 aspectos contábeis Entidades cooperativas

NBC T 19.4 – Incentivos fiscais, subvenções, contribuições, auxílios e doações governamentais.

Na Resolução nº926/01 que aprova a NBC T 10.19, dispõe sobre as entidades sem finalidade de lucros, onde estabelece critérios de avaliação, de registros, de variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações e as informações mínimas a serem divulgadas nas notas explicativas.

As doações, subvenções e contribuições para custeio devem ser contabilizadas em contas de receita, já as patrimoniais, inclusive as da fundação da entidade, devem ser contabilizadas no patrimônio social. As de aplicação específica devem ser registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da entidade.

Os valores do superávit e déficit do exercício deverão ser transferidos, para a conta patrimônio social, após a aprovação da assembleia.

As demonstrações a serem utilizadas por estas entidades devem observar algumas adaptações nas nomenclaturas das contas das demonstrações, onde a conta capital deve ser substituída por Patrimônio Social, a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit do Exercício.

Segundo Araújo (2005. p. 54),

As demonstrações contábeis a serem utilizadas nas entidades do terceiro setor são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Nas notas explicativas devem conter, para complementarem as demonstrações contábeis, no mínimo, as seguintes informações, conforme a Resolução nº 926/01 -

NBC T 10.19 item 10.19.3.3:

- a) O resumo das principais práticas contábeis;
- b) Os critérios de apuração das receitas e das despesas, especialmente com gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos;
- c) As contribuições previdenciárias, relacionadas com a atividade assistencial devem ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção, conforme normas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- d) As subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- e) Os fundos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes desses fundos;
- f) Evidenciação dos recursos sujeitos a restrições ou vinculações por parte do doador;
- g) Eventos subseqüentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, feito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- h) As taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;
- i) Informações sobre os tipos de seguros contratados;
- j) As entidades educacionais além das notas explicativas, devem evidenciar a adequação das receitas com as despesas de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- k) As entidades beneficiadas com a isenção de tributos e contribuições devem evidenciar, em Notas Explicativas, suas receitas e sem gratuidade, de forma segregada, e os benefícios fiscais gozados.

Elaboram-se as demonstrações contábeis convencionais, com as devidas alterações na nomenclatura das contas para este tipo de entidade, sendo elas demonstrações do Superávit ou Déficit do Exercício, Demonstração do Patrimônio Social e o conhecido Balanço Patrimonial, podendo ainda elaborar outras de natureza gerencial, como a Demonstração do Fluxo Disponível e Demonstrações de Informações Sociais. Devendo todas ser assinadas pelo representante legal da entidade e um profissional contábil habilitado.

O controle interno, no âmbito das entidades sem fins lucrativos, serve para manter sob controle o patrimônio, verificar o cumprimento de contratos, do estatuto da entidade e pelas determinações das esferas federal, estadual e municipal, ele pode ser executado pelo conselho fiscal, diretoria ou até mesmo pela assembleia.

Deve-se elaborar o relatório periódico das atividades desenvolvidas, são de grande importância, pois trazem informações de todo o funcionamento da organização, ele deve ser confrontado com outras informações, como: com o

estatuto, para saber se estão dentro das finalidades estatutárias e com as demonstrações contábeis, para verificar se as atividades foram devidamente registradas.

2.5 GESTÃO NO TERCEIRO SETOR

Assim como a importância da contabilidade para a sobrevivência de uma entidade sem fins lucrativos, sua gestão, também é de grande valia, pois com ela a entidade programa suas estratégias sociais de acordo com sua missão e visão para o longo prazo. (TACHIZAWA, 2007, p. 148)

Gerenciar segundo Tenório (2005, p. 17) “é a ação de estabelecer ou interpretar objetivos e de alocar recursos para atingir uma finalidade previamente determinada”

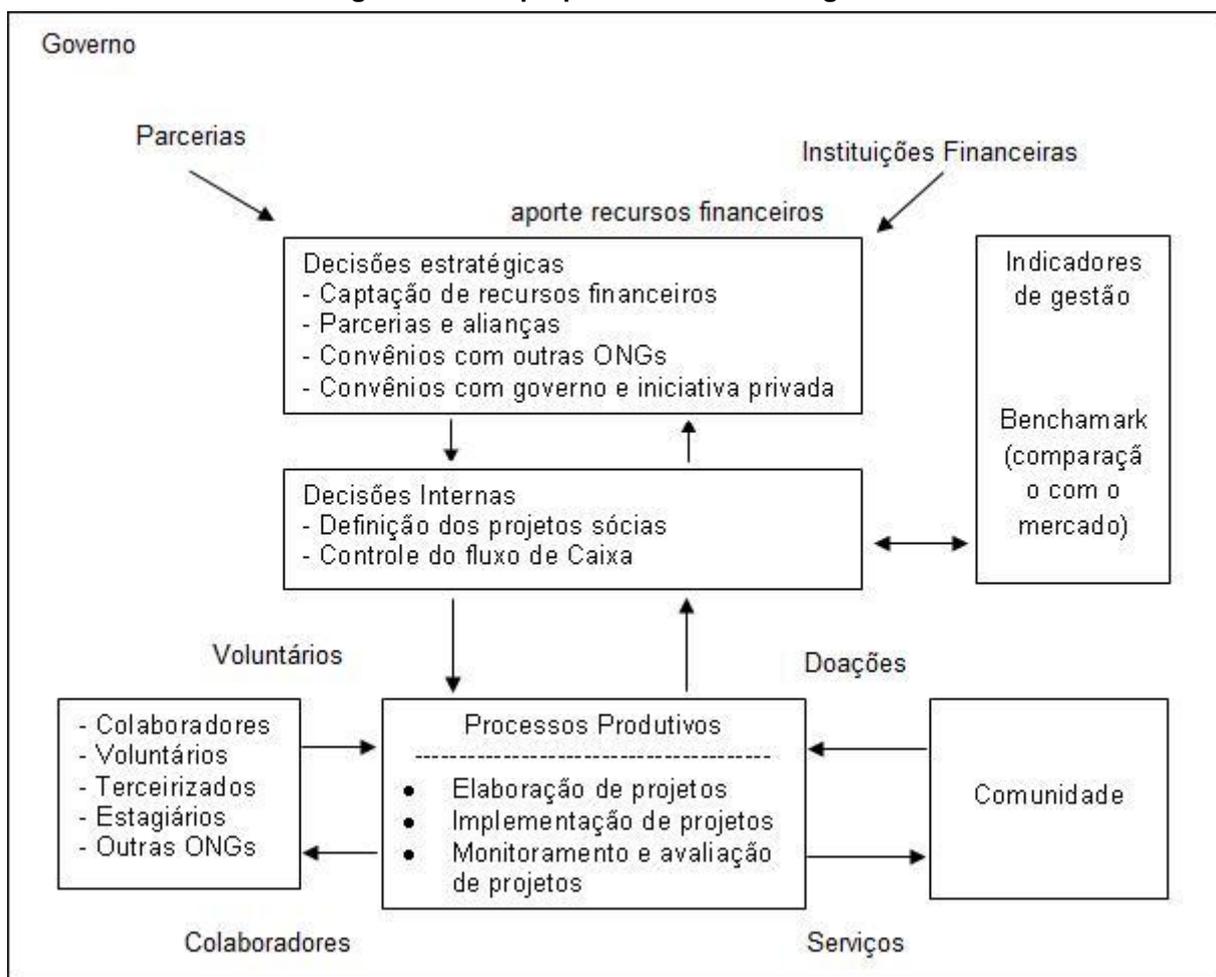
Os gerentes ou administradores das entidades do terceiro setor devem conhecer bem os objetivos, as finalidades da entidade em que trabalham, para desta forma alocar com eficácia os recursos da entidade, atendendo as finalidades sociais, conforme estabelecidas no estatuto ou em decisões da assembleia.

A sobrevivência das entidades do terceiro setor depende, assim como naquelas do segundo setor, de aproveitar da melhor forma possível os recursos disponíveis. Neste sentido, pelas palavras de Tenório (2005, p. 21), a sobrevivência de uma organização é garantida por uma “gerência comprometida com a eficiência, a eficácia e a efetividade”. Tal gerência é exercida por quatro funções gerenciais, que são: planejamento, organização, direção e controle, conforme ensina o mesmo autor.

Para Tachizawa (2007, p.149), o modelo de gestão para uma entidade sem fins lucrativos desenvolve-se a partir de: a) identificação das estratégias genéricas aplicáveis a esse tipo de organização; b) hierarquização das decisões que compõem o processo de gerenciamento em estratégias e operacionais; e c) identificação dos diferentes agentes e instituições que se integram as organizações.

A Figura 2 apresenta uma proposta de modelo de gestão, idealizado por Tachizawa, retratando a organização no ambiente em que está inserida, e as influências em que estão sujeitas, interagindo com seus *stakeholders*.

Figura 3 - Uma proposta de modelo de gestão



Fonte: TACHIZAWA, 2007, p. 151.

A gestão no terceiro setor é importante para que os objetivos das entidades sejam alcançados. Através de uma gestão de recursos eficaz, com a alocação dos recursos disponíveis, de forma satisfatória para chegar ao final com um resultado positivo, ou seja, atingir os objetivos para que se destinem cada organização.

2.6 SISTEMA QUALIS DE CLASSIFICAÇÃO

Qualis é um conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES, com o intuito de classificar e ordenar toda a produção intelectual realizada nos programas de pós-graduação. Foi idealizado para sanar as dificuldades e atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e tem como base as informações extraídas do

aplicativo coleta de dados *Webqualis*. O resultado é que o aplicativo trás uma lista com a classificação dos veículos de propagação pelos programas de pós-graduação para divulgar suas produções (CAPES, 2010).

A classificação e o ordenamento da qualidade são feita indiretamente. Assim sendo, ao analisar a qualidade dos veículos de propagação, isto é, os periódicos científicos, o Qualis realiza uma aferência na qualidade dos artigos ou qualquer outro tipo de produção. Em poucas palavras, a estratificação é feita através da verificação da qualidade dos periódicos científicos, ao invés de verificar diretamente a qualidade dos artigos, fazendo jus a classificação indireta (CAPES, 2010).

Para tal classificação, os veículos são delimitados em categorias que indicam sua qualidade. As categorias começam pela A1 – como o maior grau de qualidade e passam por A2; B1; B2; B3; B4; B5, e até chegar ao nível C que é atribuído ao veiculo com o peso zero. O Quadro 1 apresenta a pontuação de cada categoria de classificação (CAPES, 2010).

Quadro 1 - Pontuação de cada Categoria

Categoria	Pontuação
A1	100
A2	80
B1	60
B2	50
B3	30
B4	20
B5	10
C	0

Fonte: Adaptado de CAPES (2009, p.07)

No ano de 2008 a CAPES realizou a reestruturação da escala utilizada no sistema Qualis de Periódicos, determinado pela Comissão Especial do CTC-ES (Conselho Técnico-Científico de Educação Superior).

Segundo a Diretoria de Avaliação (DAV) da CAPES, (2009, p.05), para um periódico ser avaliado pelo Qualis na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo devem obedecer aos requisitos de:

1. Ter registro no ISSN;
2. Ter circulado ininterruptamente, com regularidade, nos dois anos imediatamente anteriores ao de avaliação;

3. Ter publicado no mínimo 15 artigos inéditos por ano, de caráter acadêmico-científico significativo para a área específica do periódico;
4. Apresentar no seu sítio eletrônico a missão do periódico, incluindo seu foco temático e sua preocupação com a qualidade, citando explicitamente a adoção de avaliação por pares na forma de *blind review*;
5. Informar, no sítio eletrônico e nas edições impressas, os dados da organização responsável pela publicação;
6. Apresentar informações sobre o editor responsável, editores associados ou adjuntos (se houver), e demais integrantes dos comitês editoriais, indicando suas afiliações institucionais;
7. Disponibilizar permanentemente no sítio eletrônico as seguintes informações:
 - a. política editorial, incluindo a descrição dos procedimentos de tramitação e arbitragem e a informação dos idiomas de submissão e publicação oficiais do periódico;
 - b. normas de submissão;
8. Apresentar no início de cada artigo:
 - c. título, resumo e palavras-chave, no(s) idioma(s) em que for oferecido o texto e em inglês;
 - d. nomes dos autores, com a respectiva afiliação institucional;
 - e. endereço físico ou eletrônico de pelo menos um dos autores.

Além desses requisitos mínimos necessários para que um periódico possa ser analisado, devem ter, ainda, outros requisitos quanto à classificação dada pela CAPES.

As regras para os periódicos serem classificados em cada categoria foram assim definidas:

Classificação A1 – periódicos com FI (Fator de Impacto) maior que 0,5, ou H maior do que 5. E a classificação A2 – periódicos com FI maior que 0 e menor ou igual a 0,5, ou H maior que 0 e menor ou igual a 5. Para chegar a esse índices a CAPES utilizou a base de dados do JCR/ISI (Journal Citations Report), para o FI, ano base 2008, e a base de dados Scopus/SCImago, para o índice H dos anos de 2007 e 2008.

Os periódicos classificados em A1 e A2, deverão ser indexados no JCR/ISI, ou no Scopus/SCImago, pois a Capes segue tendências internacionais, na qual o reconhecimento de periódicos por mecanismos de indexação têm maior qualidade e prestígio.

Garante a CAPES (2009, p. 05) “que a maior parte dos periódicos utilizados pela área, especialmente no Brasil, ainda não são indexados”. Desta forma não há

nenhum periódico da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, com a classificação em A1 e A2, no Brasil.

Classificação B1 – periódicos editados no Brasil indexados no Scielo; e os editados no exterior indexados em indexadores equivalentes.

Os periódicos que não tiverem FI, índice H, e não forem indexados em nenhuma base relevante são classificados como:

Classificação B2 - periódicos IC (antigo Internacional C) e NA (antigo Nacional A).

Classificação B3 – periódicos NB (antigo Nacional B).

Classificação B4 – periódicos NC (antigo Nacional C), LA (antigo Local A) e LB (antigo Local B).

Classificação B5 – periódico LC (antigo Local C).

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A Tabela 1 apresenta todos os artigos encontrados com a pesquisa, sobre contabilidade e gestão do terceiro setor. Na primeira coluna NA, é número de autores por artigo, na segunda coluna estão os periódicos onde os artigos foram publicados e na quarta coluna a classificação destes, de acordo com o Qualis. A terceira coluna apresenta os títulos dos artigos, bem como a quinta e última coluna, relaciona o ano de publicação.

Tabela 1 - Relação de Artigos Encontrados (continua)

1	2	3	4	5
NA	PERIÓDICO	ARTIGOS	Clas	ano
02	Base (UNISINOS)	PROPOSTA DE UM MODELO DE BALANÇO SOCIAL PARA FUNDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS	B2	2007
03	BBR. Brazilian Business Review (Edição em português. Online)	INFORMAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE OSCIPS QUE OPERAM COM MICROCRÉDITO: UM ESTUDO MULTICASO	B2	2007
03	Cadernos de Administração Rural (ESAL)	A INSERÇÃO ECONÔMICA DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR E SEUS REFLEXOS NA ARRECADAÇÃO DE ICMS, DOS MUNICÍPIOS ONDE MANTÉM SUAS PLANTAS INDUSTRIAIS	B2	2006
01	Cadernos de Administração Rural (ESAL)	COOPERATIVAS NO AGRONEGÓCIO DO LEITE: MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS E ESTRATÉGICAS EM RESPOSTA À GLOBALIZAÇÃO.	B2	2007
03	Cadernos de Administração Rural (ESAL)	SER COMPETITIVO SEM DEIXAR DE SER COOPERATIVO: PROPOSTA DE ANÁLISE SISTÊMICA PARA O DILEMA DAS COOPERATIVAS	B2	2009
02	Cadernos de Administração Rural (ESAL)	INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ECONÔMICO EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS: UM ESTUDO EM COOPERATIVAS PAULISTAS	B2	2008
03	Cadernos de Administração Rural (ESAL)	EFEITO DO FAIR TRADE NA COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE CAFÉ DE POÇO FUNDO, MG	B2	2008
03	Cadernos de Administração Rural (ESAL)	ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE HORTIFRUTIGRANJEIROS NA MICRORREGIÃO DA 4ª COLÔNA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	B2	2008
03	Cadernos de Administração Rural (ESAL)	EFICIÊNCIA TÉCNICA E DE ESCALA DAS COOPERATIVAS NO SETOR LÁCTEO	B2	2008
02	Cadernos de Administração Rural (ESAL)	PARTICIPAÇÃO, VIABILIDADE E SUSTENTABILIDADE: DIMENSÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NUMA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS	B2	2007
02	Cadernos de Administração Rural (ESAL)	DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL EM SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO	B2	2007
02	Cadernos de Administração Rural (ESAL)	DESEMPENHO DE COOPERATIVAS: O CASO DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL	B2	2007

05	Cadernos EBAPE.BR (FGV)	ANÁLISE CRÍTICA EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: APROPRIANDO TEORIA E PRÁTICA DE SEUS COMPONENTES ESTRUTURAIS E CULTURAIS	B1	2007
02	Cadernos EBAPE.BR (FGV)	TRANSFORMAÇÕES NOS OBJETIVOS DE ORGANIZAÇÕES CULTURAIS SEM FINS LUCRATIVOS	B1	2007
02	Cadernos EBAPE.BR (FGV)	A INTERAÇÃO DOS RELACIONAMENTOS COM OS RECURSOS E A LEGITIMIDADE NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	B1	2008
03	Cadernos EBAPE.BR (FGV)	OBJETIVOS DE ORGANIZAÇÕES CULTURAIS SEM FINS LUCRATIVOS E SUAS FONTES FINANCIADORAS	B1	2009
03	Cadernos EBAPE.BR (FGV)	PERSPECTIVAS DA PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO ATRAVÉS DE ONGS PARA A GESTÃO AMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA	B1	2005
03	Organizações & Sociedade	DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO TEMÁTICA DE UMA ORGANIZAÇÃO NÃO- GOVERNAMENTAL	B2	2006
01	Organizações & Sociedade	MODELOS DE GESTÃO E INOVAÇÃO SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS ENTRE NONPROFIT SECTOR E ECONOMIA SOCIAL	B2	2007
04	RAC Eletrônica	A DINÂMICA POLÍTICA NO ESPAÇO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DE PODER EM UMA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA	B1	2008
02	RAC. Revista de Administração Contemporânea	LAÇOS SOCIAIS E FORMAÇÃO DE ARRANJOS ORGANIZACIONAIS COOPERATIVOS – PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE ANÁLISE	B1	2005
02	RAC. Revista de Administração Contemporânea	DETERMINANTES DE RISCO DE LIQUIDEZ EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO MODELO LOGIT MULTINOMIAL	B1	2008
04	RAC. Revista de Administração Contemporânea	ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO E CONFIANÇA EM INTERAÇÕES COOPERATIVAS	B1	2008
02	RAE Eletrônica	UMA PERSPECTIVA BASEADA EM RECURSOS NO AGRONEGÓCIO COOPERATIVO	B1	2008
02	Revista Contabilidade & Finanças	A TEORIA DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DE MINTZBERG E A GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS: UM ESTUDO NAS ONGS PAULISTAS	B1	2006
03	Revista Contabilidade & Finanças	GESTÃO BASEADA EM VALOR APLICADA AO TERCEIRO SETOR	B1	2006
01	Revista de Administração (FEA-USP)	ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR: UMA ANÁLISE CONCEITUAL DAS PARCERIAS INTERSETORIAIS	B2	2005
02	Revista de Administração (FEA-USP)	DESEMPENHO DAS COOPERATIVAS NA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS DO BRASIL: UMA ABORDAGEM POR GRUPOS ESTRATÉGICOS	B2	2007
02	Revista de Administração (FEA-USP)	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO ARTESANAL EM EMPRESA COOPERATIVA: O CASO COPALA	B2	2006
04	Revista de Administração (FEA-USP)	GESTÃO EM PARCERIA ENTRE UMA FUNDAÇÃO DE APOIO E UM HOSPITAL PÚBLICO UNIVERSITÁRIO: ANÁLISE CUSTO-EFETIVIDADE	B2	2005
02	Revista de Economia Contemporânea	COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO: OS DESAFIOS DO FINANCIAMENTO DAS NECESSIDADES LÍQUIDAS DE CAPITAL DE GIRO	B1	2006

02	Revista de Economia Contemporânea (Impresso)	APLICABILIDADE DA ANÁLISE DINÂMICA DO CAPITAL DE GIRO COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS	B1	2008
----	--	--	----	------

Fonte: Elaborada pela autora baseada na coleta de dados nos periódicos nacionais classificados no Qualis B1 e B2, pela CAPES no ano de 2008.

Na Tabela 1 são listados os artigos por periódicos e seus respectivos títulos e o ano de publicação, tendo sido identificados 32 publicações.

Pôde-se verificar que o periódico que obteve maior número de publicações sobre contabilidade e gestão no terceiro setor foi o Caderno de Administração Rural (ESAL), com dez obras ao total, seguido dos periódicos Cadernos EBAPE BR (FGV), (05 publicações), Revista de Administração (FEA-USP), (04 publicações), Organizações & Sociedade, (03 publicações), conforme melhor demonstrado na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Ranking de Publicações por Periódico

Ranking	Nº de Publicações	Periódicos	NA
1º	10	Cadernos de Administração Rural (ESAL)	03
2º	5	Cadernos EBAPE.BR (FGV)	02/03
3º	4	Revista de Administração (FEA-USP)	02
4º	3	RAC. Revista de Administração Contemporânea (Impresso)	02
5º	2	Organizações & Sociedade (Impresso)	01/03
6º	2	Revista de Economia Contemporânea (Impresso)	02
	2	Revista Contabilidade & Finanças (Impresso)	02/03
	2	RAE Eletrônica (Online)	02
7º	1	Base (UNISINOS)	02
	1	BBR. Brazilian Business Review (Edição em português. Online)	03

Fonte: Elaborada pela autora baseada na coleta de dados nos periódicos nacionais classificados no Qualis B1 e B2, pela CAPES no ano de 2008.

Destaca-se, ainda, a média do número de autores por artigo, em cada periódico. O periódico que obteve maior número de publicações tem uma média de

três autores por artigo, já o segundo colocado ficou, com média, entre dois e três autores. A distribuição do periódico EBAPE.BR ficaram, com média entre 02 e 03 autores, sendo dois artigos com 02 autores e também dois autores com 03 artigos.

No caso dos periódicos, Organização e Sociedade e Revista de Contabilidade e Finanças tiveram a ocorrência de apenas dois artigos cada um deles, sendo um dos artigos com 03 autores e o outro com 01 e 02 autores respectivamente.

Tabela 3 - Classificação Qualis dos Periódicos

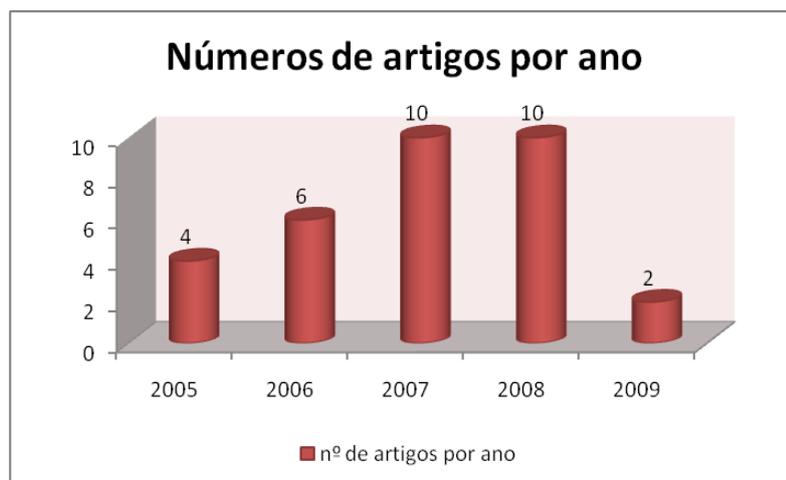
Nº	Periódico	Classificação
01	Base (UNISINOS)	B2
02	BBR. Brazilian Business Review (Edição em português. Online)	B2
03	Revista de Economia Contemporânea (Impresso)	B1
04	Revista Contabilidade & Finanças (Impresso)	B1
05	RAE Eletrônica (Online)	B1
06	RAC. Revista de Administração Contemporânea (Impresso)	B1
07	Organizações & Sociedade (Impresso)	B2
08	Revista de Administração (FEA-USP)	B2
09	Cadernos EBAPE.BR (FGV)	B1
10	Cadernos de Administração Rural (ESAL)	B2

Fonte: Elaborada pela autora baseada na coleta de dados nos periódicos nacionais classificados no Qualis B1 e B2, pela CAPES no ano de 2008.

Quanto à classificação dos periódicos que obtiveram artigos sobre a contabilidade e gestão do terceiro setor, apresentou um equilíbrio entre B1 e B2, com exatos 50% para cada, ou seja, dos dez periódicos, cinco obtiveram classificação Qualis B1 e os outros cinco classificação Qualis B2, no ano de 2008 pela CAPES, como destaca a Tabela 3.

O Gráfico 4 distribui o número de artigos publicados, por ano analisado. Verifica-se que os anos com maior ocorrência de obras foram os de 2007 e 2008, com 10 publicações cada, o que representa mais de 50% (cinquenta por cento) do total. Destaca-se, ainda, uma crescente de publicações de 2005 a 2007, permanecendo estável no ano de 2008, entretanto, há uma queda significativa de 2008 para 2009, de 80% (oitenta por cento) das publicações.

Gráfico 4- Quantidade de Publicações Por Ano



Fonte: Elaborada pela autora baseada na coleta de dados nos periódicos nacionais classificados no Qualis B1 e B2, pela CAPES no ano de 2008.

A Tabela 4 classifica os artigos por tipo de organização do terceiro setor envolvida no estudo.

A amostra apresenta 53% (cinquenta e três por cento) de artigos relacionados a cooperativas, um total de 17 estudos sobre estas organizações. Na sequência aparecem às associações com 07 desses estudos, seguidos pelas fundações com apenas 02, os 06 demais apresentam outros tipos de organizações do terceiro setor, tais como: ONGs, OSCIPs, OS e outras.

Tabela 4 - Artigos por Tipo de Organização

Tipo de Organização	Nº artigos
Associações	07
Cooperativas	17
Fundações	02
Outras Entidades do TS	06
TOTAL	32

Fonte: Elaborada pela autora baseada na coleta de dados nos periódicos nacionais classificados no Qualis B1 e B2, pela CAPES no ano de 2008

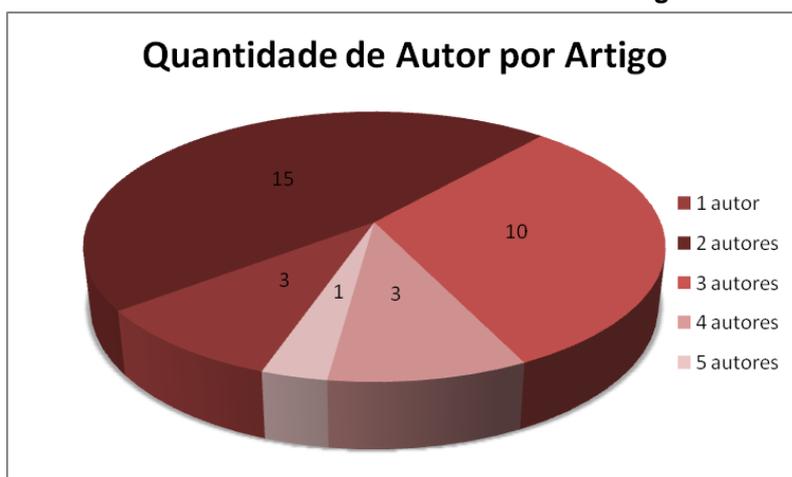
3.1 NÚMERO DE AUTORES POR ARTIGO

O Gráfico 5 evidencia que há concentração de publicações com dois e três

autores. A maior parte dos artigos, da amostra, foi desenvolvida por dois autores, sendo 47,22% (quarenta e sete vírgula vinte e dois por cento) do total das publicações.

Constata-se, também, a boa participação de publicações com três autores, com um percentual de aproximadamente 30,56% (trinta vírgula cinquenta e seis por cento). Os 22% (vinte e dois por cento) restantes ficaram divididos entre publicações com um (08%) (oito por cento), quatro (08%) (oito por cento) e cinco (06%) (seis por cento) autores. Isto se deve em parte ao fato de conter, nas regras de publicação impostas nos periódicos, limitações no número de autores (Apêndice 1), em especial no periódico Caderno de Administração Rural (ESAL) cujo limite é de 03 (três) autores e foi o periódico com maior número de artigos encontrados.

Gráfico 5 - Quantidade de Autor Por Artigo



Fonte: Elaborada pela autora baseada na coleta de dados nos periódicos nacionais classificados no Qualis B1 e B2, pela CAPES no ano de 2008.

3.2 AUTORES QUE MAIS PÚBLICARAM NA ÁREA DO TERCERO SETOR

O autor com maior número de publicações na área pesquisada (04 publicações) é Marcelo José Braga. Seus estudos são relacionados ao desempenho; assimetria de informação; risco de liquidez e, eficácia nas cooperativas. Em segundo lugar está o autor Régio Marcio Toesca Gimenes (03 publicações), que contribui com estudos na área financeira das cooperativas. Destacam-se outros sete autores, ambos em terceiro lugar com duas publicações

cada um, conforme segue na Tabela 5.

Tabela 5 - Ranking de Autores que mais Publicaram

Ranking	Nº de Publicações	Autor	IES/UF	Departamento
1º	4	Marcelo J. Braga	UFV/MG	Economia Rural
2º	3	Régio M. Toesca Gimenes	UNIPAR/PR	Administração
3º	2	Marco Aurélio M. Ferreira	UFV/MG	Administração
	2	Antônio C. dos Santos	UFLA/MG	Administração e Economia
	2	Samara R. B. Hoffmann	FEAN/SC	Administração
	2	Eloise H. L. Dellagnelo	UFSC/SC	Administração
	2	Mozar J. de Brito	UFLA/MG	Administração e Economia
	2	Fátima M. P. Gimenes	UNIPAR/PR	Administração

Fonte: Elaborada pela autora baseada na coleta de dados nos periódicos nacionais classificados no Qualis B1 e B2, pela CAPES no ano de 2008.

Observa-se, ainda, na Tabela 5, há predominância de autores vinculados à área de administração, levando em consideração que o autor que mais publicou é do departamento de economia. Relevante comentar que quatro destes autores que mais publicaram são do Estado de Minas Gerais.

Há, também, a predominância de homens como aqueles que mais publicam na área do terceiro setor, destacando-se os dois primeiros com maior número de artigos publicados.

A Tabela 6 distribui os artigos publicados pelos autores mais que mais publicaram nos periódicos.

Constata-se que os dois primeiros colocados no ranking de publicações, têm publicações no Caderno de Administração Rural (ESAL), que é o primeiro colocado com maior número de artigos encontrados.

Marcelo José Braga, com 04 (quatro) artigos, publicou-os em 03 (três) periódicos diferentes sendo 01 (um) no Caderno de Administração Rural (ESAL), 02 (dois) na RAC - Revista de Administração Contemporânea e 01 (um) na Revista de Administração (FEA-USP).

Tabela 6 - Distribuição dos Artigos por Periódicos

Nº de Publicações	Autor	Periódicos
04	Marcelo J. Braga	Cadernos de Administração Rural (ESAL) (01) - RAC. Revista de Administração Contemporânea (02) - Revista de Administração (FEA-USP) (01)
03	Régio M. Toesca Gimenes	Revista de Economia Contemporânea (02) - Cadernos de Administração Rural (ESAL) (01)
02	Marco Aurélio M. Ferreira	RAC. Revista de Administração Contemporânea (01) - Revista de Administração (FEA-USP) (01)
02	Antônio C. dos Santos	RAC. Revista de Administração Contemporânea (01) - Cadernos de Administração Rural (ESAL) (01)
02	Samara R. B. Hoffmann	Cadernos EBAPE.BR (FGV) (02)
02	Eloise H. L. Dellagnelo	Cadernos EBAPE.BR (FGV) (2)
02	Mozar J. de Brito	Organizações & Sociedade (01) - RAC Eletrônica (01)
02	Fátima M. P. Gimenes	Revista de Economia Contemporânea (02)

Fonte: Elaborada pela autora baseada na coleta de dados nos periódicos nacionais classificados no Qualis B1 e B2, pela CAPES no ano de 2008.

3.3 METODOLOGIA ADOTADA NOS ARTIGOS

Para traçar o perfil das publicações quanto à metodologia adotada nos artigos pesquisados, foram verificadas a classificação quanto à natureza do estudo, abordagem, objetivos e procedimentos técnicos.

Quanto à natureza do estudo, no que diz respeito aos teóricos foram divididos, segundo a classificação de Alavi e Carlson (1992), que separa os estudos em três categorias conceituais, ilustrativos e conceituais aplicados. Segundo GALLON et. al., (2008, p.149)

[...] os estudos conceituais são aqueles que definem estruturas, modelos ou teorias; os ilustrativos compreendem as pesquisas que funcionam como um guia prático; e os estudos conceituais aplicados combinam algumas características dos estudos conceituais com as dos ilustrativos.

Já os estudos práticos foram divididos, segundo a classificação de Meirelles e Hoppen (2005), em estudos de caso, pesquisas *survey* e pesquisas experimentais.

Estudo de caso é definido por Gil (2008, p. 54) “como o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e

detalhado conhecimento”. Pesquisas *survey* “procuram descrever com exatidão algumas características de populações designadas” (TRIPODI; FELLIN; MEYER, 1981, apud GALLON, 2008, p. 149). E as pesquisas experimentais “são investigações de pesquisa empírica que tem como principal finalidade testar hipóteses que dizem respeito às relações de causa e efeito”. (SOUZA; FIALHO; OTANI, 2007, p. 41).

3.3.1 NATUREZA DO ESTUDO

A classificação dos artigos quanto à natureza dos estudos é apresentada na Tabela 7.

Tabela 7 - Classificação dos Artigos Segundo a Natureza do Estudo

CLASSIFICAÇÃO	PERIÓDICOS	CLASSIFICAÇÃO	PERIÓDICOS
ESTUDOS TEÓRICOS	19	ESTUDOS PRÁTICOS	13
Conceitual	03	Estudo de caso	12
Ilustrativo	07	<i>Survey</i>	01
Conceitual aplicado	09	Experimental	0
TOTAL			32

Fonte: Elaborada pela autora baseada na coleta de dados nos periódicos nacionais classificados no Qualis B1 e B2, pela CAPES no ano de 2008.

Os artigos relacionados ao tema são, em sua maioria, teóricos (19), prevalecendo o tipo conceitual aplicado com nove artigos encontrados. Dentre os estudos práticos (13), observa-se a grande presença de pesquisa do tipo estudo de caso com 12 artigos selecionados e apenas uma do tipo *survey*. Ressalta-se que não foram encontradas pesquisas do tipo experimental na amostra.

3.3.2 ABORDAGEM E OBJETIVOS METODOLÓGICOS

Dos 32 (trinta e dois) artigos encontrados na pesquisa apenas 16 (dezesesseis)

apresentaram classificação quanto à abordagem metodológica e somente 10 (dez) apresentam classificação metodológica dos objetivos.

Em sua maioria, são pesquisas do tipo qualitativa, apresentado 13 artigos, enquanto que dos tipos quantitativa e quali-quantitativa, apresentaram apenas 02 e 01 artigos, respectivamente.

Quanto aos objetivos metodológicos destacam-se 06 estudos do tipo exploratório, e dos tipos descritivo e descritivo-exploratório 02 de cada, como é demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8 - Abordagem e Objetivos Metodológicos Adotados nos Artigos

Abordagem	Qualitativa	Quantitativa	Quali-Quantitativa
16	13	02	01
Objetivos	Exploratório	Descritivo	Descritivo-Exploratório
10	06	02	02

Fonte: Elaborada pela autora baseada na coleta de dados nos periódicos nacionais classificados no Qualis B1 e B2, pela CAPES no ano de 2008.

3.3.3 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Na Tabela 9, são apresentados os procedimentos técnicos adotados pelos autores nos artigos.

O procedimento do tipo estudo de caso aparece em 12 artigos da amostra, sendo o procedimento mais utilizado, seguido da pesquisa documental que aparece em 10 dos artigos. Destacam-se, ainda, os procedimentos de pesquisa bibliográfica e de levantamento; adotados em 05 artigos cada um.

Apesar de mencionado na descrição metodológica verifica-se que a pesquisa bibliográfica está presente em todos os artigos analisados, uma vez que se constitui primordial para a realização de pesquisa em qualquer área, portanto, subentende-se que foi realizada, não sendo, em nosso ponto de vista, indispensável à descrição de tal aspecto na metodologia.

Tabela 9 - Procedimentos Técnicos Adotados

Procedimento	Nº de Artigos
Pesquisa Bibliográfica	05
Pesquisa Documental	10
Levantamento	05
Estudo de Campo	01
Estudo de Caso	12
Pesquisa-ação	01
Pesquisa Participante	02
Outros Procedimentos Adotados	
Procedimento	Nº de Artigos
Análise de Conteúdo	05
Análise Fatorial	03
Análise Envolutória	02
Análise Interpretativa	02
Análise de Indicadores	01
Teórico-metodológica de Investigação	01
Método survey	01
Análise de cluster	01
Análise financeira	01
Análise dinâmica de amostra	01

Fonte: Elaborada pela autora baseada na coleta de dados nos periódicos nacionais classificados no Qualis B1 e B2, pela CAPES no ano de 2008.

São listados, também, outros procedimentos utilizados pelos autores, destacando-se os de análise de conteúdo adotados em 05 (cinco) artigos e análise fatorial com 03 (três), como pode ser observado na mesma tabela.

Após a análise das 32 (trinta e dois) artigos, identificados na pesquisa, podemos traçar o perfil das publicações na área de contabilidade e gestão no terceiro setor.

Elas são em sua maioria pesquisas teóricas, com predominância qualitativa e procedimento técnico de pesquisa documental.

São desenvolvidas, quase sempre por dois autores, com predominância de

autores homens e com vínculo na área de administração.

Destaca-se, ainda, um equilíbrio na classificação dos periódicos que publicam na área de contabilidade e gestão no terceiro setor, entre B1 e B2, ou seja, podemos concluir que os artigos nesta área são, na média, artigos bons.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho se deu pela necessidade de verificar o perfil das publicações da área de contabilidade e gestão no terceiro setor. Tal fato é importante pela necessidade dos contadores e dos gestores estarem capacitados para dar suporte a essas entidades, como também, por sua contribuição no sentido de apontar direcionamentos para novos estudos na área.

Primeiramente, verificaram-se os periódicos listados pela CAPES, com classificação B1 e B2, na área de administração, ciências contábeis e turismo. Destes filtrou-se os que tinham origem no Brasil, os que eram da área de administração, contabilidade e finanças e os que estavam disponíveis online.

Em seguida, foi verificado no site de cada periódico, em cada edição publicada dos anos de 2005 a 2009, a existência de artigos que apresentaram a ocorrência das palavras: sem fins lucrativos; terceiro setor; filantrópico; assistencial; ONG; org. sem fins lucrativos; OSCIPs; OS; Fundações; cooperativas e cooperativismos, relacionadas ao TS, através dos títulos listados nos sumários de cada edição.

Após esta etapa foram analisados os resumos de cada publicação, para então constatar se os artigos eram sobre contabilidade e gestão no terceiro setor, quando não era possível através do resumo verificou-se o artigo na íntegra. Chegando ao número total de 32 (trinta e duas) publicações.

Para que pudéssemos traçar o perfil dessas publicações, verificou-se a metodologia utilizada por cada autor, para obter esta informação, primeiramente observou-se o resumo do artigo, e quando não era possível identificar, ou quando o autor não mencionava a metodologia utilizada, partiu-se para o artigo na íntegra.

Neste sentido chegamos à conclusão que as publicações na área de contabilidade e gestão do terceiro setor são em sua maioria pesquisas teóricas, com predominância qualitativa e utilizam procedimento técnico de pesquisa documental.

São desenvolvidas, quase sempre por dois autores, com predominância de autores homens e com vínculo na área de administração.

Destaca-se, ainda, um equilíbrio na classificação dos periódicos que publicam na área de contabilidade e gestão no terceiro setor, entre B1 e B2.

Sugere-se para futuros trabalhos a aplicação desta pesquisa para outro intervalo de classificação como B3, B4, B5 e C, para verificar a quantidade e as

características, e comparar com esta pesquisa.

Outra sugestão seria a aplicação de uma linha de tempo maior na análise das publicações.

Pode-se constatar, ainda, que mesmo com uma linha de tempo, considerável, de quatro anos, obteve-se poucos artigos na área em estudo, tal fato justifica ainda mais a proposição deste trabalho.

Neste sentido, este estudo espera conscientizar a academia para que publiquem mais sobre a área de contabilidade e gestão no terceiro setor.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro Setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

BELO, Paulo. **Análise financeira**. Disponível em: <http://www.artsoft.pt/index.php?Itemid=130&id=78&option=com_content&task=view>. Acesso em: 10 jun. 2010.

BRASIL, **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 25. jun. 2009.

BRASIL, **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**: institui o novo Código Civil Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25. jun. 2009.

BRASIL, **IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> >. Acesso em: 30. set. 2009.

BRASIL, **Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966**: institui o Código Tributário Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm>. Acesso em: 15. out. 2009.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**: define a política nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 17 maio 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009**: dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm>. Acesso em: 06 jun. 2010.

CAPES (Brasil) (Org.). **Qualis periódicos**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 18 maio 2010.

CAPES (Brasil) (Org.). **Critérios de classificação do Qualis por área**: (Triênio 2007 - 2009). 2009. Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/webqualis/criterios2007_2009/Criterios_Qualis_2008_27.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2010.

CARVALHO, Flávio Leonel; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Indicadores de avaliação de desempenho econômico em cooperativas agropecuárias: um estudo em cooperativas paulistas. **Organizações rurais & agroindustriais**, Lavras, v. 10, n. 3, p.420-437, 2008.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor**: um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social**. Brasília – DF, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 926/01**: Altera a resolução CFC nº 877/00, que aprova a NBC T 10 – item NBC T 10.19. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_926.doc>. Acesso em: 7. jun. 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DONI, Marcelo Viana. **Análise de cluster**: Métodos hierárquicos e de particionamento. 2004. 93 f. Monografia (Sistemas de Informação) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2004. Disponível em: <meusite.mackenzie.com.br/rogerio/tgi/2004Cluster.PDF>. Acesso em: 10 jun. 2010.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. 1999. Disponível em: <http://www.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/andres_falconer.pdf>. Acesso em: 28 maio 2010.

FATEC-SO. **Conceito de indicador**. Disponível em: <<http://www.fatecsorocaba.edu.br/metrologia/ind-conceito.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público**: O terceiro setor na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

FUCS, José. **Por dentro do universo das ONGs**. Especiais Época. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI10039-15245,00-OR+DENTRO+DO+UNIVERSO+DAS+ONGS.html>>. Acesso em: 05 jun. 2010.

FUNARBE. **Sistema para análise estatística**: análise fatorial. Disponível em: <<http://www.ufv.br/saeg/saeg43.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; ROVER, Suliani; ENSSLIN, Sandra Rolim. Um estudo reflexivo da produção científica em capital intelectual. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 4, p.142-172, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980.

IBGE; IPEA; ABONG; GIFE; CEMPRE. **Comunicação social**: notícias. Disponível

em:http://www.ibge.gov.br/home/presidência/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1205 >. Acesso em: 01. out. 2009.

IBRACON (Brasil). **Estrutura conceitual básica da contabilidade**. 1986. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/noticias/destaque.asp?Identificador=2358>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades beneficentes de assistência social**: contabilidade, obrigações acessórias e principais. 2. ed. Revista e atualizada. Curitiba: Juruá, 2008.

MACIAS-CHAPULA, C. A. **O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional**. Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho Científico**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEIRELLES, F. S.; HOPPEN, N. **Sistemas de informação**: a pesquisa científica brasileira entre 1990 e 2003. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 338-347, jan./mar.2005.

NUNES, Andrea. **Terceiro setor**: controle e fiscalização. 2. ed. São Paulo: Método, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (Brasil). **Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em: 17 maio 2010.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social**: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 4. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

PANCERI, Regina. **Terceiro setor**: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos. 2001. 266 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PEYON, Luiz Francisco. **Gestão contábil**: para o terceiro setor. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004

PORTAL DO COOPERATIVISMO (Brasil). **Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.portaldocooperativismo.org.br/default.php?p=texto.php&c=cooperativismo>>. Acesso em: 17 maio 2010.

ROSA, Alexandre Moraes da, et. al.. **Marco legal do terceiro setor**: aspectos teóricos e prático. Vol. I. Florianópolis: Tribunal de Justiça: Divisão de Artes Gráficas, 2003.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3º rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino A Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Viviane da. **Demonstrações contábeis e obrigações tributárias em uma instituição do terceiro setor**. 2009. 79 fls. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC: métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. Rio de Janeiro: Fgv, 2005.

VILELA, Dirley Lemos; NAGANO, Marcelo Seido; MERLO, Edgard Monforte. Aplicação da análise envoltória de dados em cooperativas de crédito rural. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 11, n. 2, p.99-120, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v11nspe2/a0611ns2.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

Apêndice 1 - Limitação do Número de Autores

Periódico	Orientação quanto ao nº de autores
Base (UNISINOS)	Não limita nº de autores
BBR. Brazilian Business Review (Edição em português. Online)	Não limita nº de autores
Cadernos de Administração Rural (ESAL)	Aconselha-se o número máximo de três autores por artigo. Os demais deverão ser apresentados como colaboradores
Cadernos EBAPE.BR (FGV)	Não limita nº de autores
Organizações & Sociedade (Impresso)	Cada artigo deve ser assinado por, no máximo, três autores
RAC. Revista de Administração Contemporânea (Impresso)	Não limita nº de autores
RAE Eletrônica (Online)	Não limita nº de autores
Revista de Economia Contemporânea (Impresso)	Não limita nº de autores
Revista Contabilidade & Finanças (Impresso)	O número de autores deve ser no máximo de 5 (cinco) integrantes.
Revista de Administração (FEA-USP)	Não limita nº de autores

Fonte: Elaborada pela autora 2010.

Apêndice 2 - Relação de Artigos com Autores

N	ARTIGOS	Autores	Clas	Ano
01	PROPOSTA DE UM MODELO DE BALANÇO SOCIAL PARA FUNDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS	João Eduardo Prudêncio Tinoco Antonio Benedito Silva Oliveira	B2	2007
02	INFORMAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE OSCIPS QUE OPERAM COM MICROCRÉDITO: UM ESTUDO MULTICASO	Helda Kelly dos Santos Pereira, Marcelle Colares Oliveira, e Vera Maria Rodrigues Ponte	B2	2007
03	A INSERÇÃO ECONÔMICA DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR E SEUS REFLEXOS NA ARRECADAÇÃO DE ICMS, DOS MUNICÍPIOS ONDE MANTÉM SUAS PLANTAS INDUSTRIAIS	Miguel Angel Uribe-Opazo, Luiz Gilberto Birck, e Régio Marcio Toesca Gimenes	B2	2006
04	COOPERATIVAS NO AGRONEGÓCIO DO LEITE: MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS E ESTRATÉGICAS EM RESPOSTA À GLOBALIZAÇÃO	Fabio Ribas Chaddad	B2	2007
05	SER COMPETITIVO SEM DEIXAR DE SER COOPERATIVO: PROPOSTA DE ANÁLISE SISTÊMICA PARA O DILEMA DAS COOPERATIVAS	Débora Navar Holf Erlaine Binotto e Ana Claudia Machado Padilha	B2	2009
06	INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ECONÔMICO EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS: UM ESTUDO EM COOPERATIVAS PAULISTAS	Flávio Leonel de Carvalho e Sigismundo Bialoskorski Neto	B2	2008
07	EFEITO DO FAIR TRADE NA COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE CAFÉ DE POÇO FUNDO, MG	Renato Ferreira de Oliveira Uajará Pessoa Araújo Antônio Carlos dos Santos	B2	2008
08	ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE HORTIFRUTIGRANJEIROS NA MICRORREGIÃO DA 4ª COLÔNA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	Carlos Otávio Zamberlan, Gilfredo Castagna, Vitor Francisco Schuch Junior	B2	2008
09	EFICIÊNCIA TÉCNICA E DE ESCALA DAS COOPERATIVAS NO SETOR LÁCTEO	Marco Aurélio Marques Ferreira, Marcelo José Braga, e João Eustáquio Lima	B2	2008
10	PARTICIPAÇÃO, VIABILIDADE E SUSTENTABILIDADE: DIMENSÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NUMA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS	Daniela Moreira de Carvalho, e Gilvando Sá Leitão Rios	B2	2007
11	DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL EM SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO	Antônio João Hocayen-da-Silva, e Leonardo Pinheiro Deboçã	B2	2007
12	DESEMPENHO DE COOPERATIVAS: O CASO DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL	Simplicio Meurer, e Rosilene Marcon	B2	2007
13	ANÁLISE CRÍTICA EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: APROPRIANDO TEORIA E PRÁTICA DE SEUS COMPONENTES ESTRUTURAIS E CULTURAIS	Roberta Aparecida Neves Granito, Daielly Melina Nassif Mantovani, Julio Araujo Carneiro da Cunha, Saulo de Souza Rodrigues, e Andrea Cristina Luz Basílio	B1	2007
14	TRANSFORMAÇÕES NOS OBJETIVOS DE ORGANIZAÇÕES CULTURAIS SEM FINS LUCRATIVOS	Samara Regina Bernardino Hoffmann Eloise Helena Livramento Dellagnelo	B1	2007

15	A INTERAÇÃO DOS RELACIONAMENTOS COM OS RECURSOS E A LEGITIMIDADE NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	Luciano Rossoni Rivanda Meira Teixeira	B1	2008
16	OBJETIVOS DE ORGANIZAÇÕES CULTURAIS SEM FINS LUCRATIVOS E SUAS FONTES FINANCIADORAS	Samara Regina Bernardino Hoffmann, Fabiula Meneguete Vides da Silva Eloise Helena Livramento Dellagnelo	B1	2009
17	PERSPECTIVAS DA PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO ATRAVÉS DE ONGS PARA A GESTÃO AMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA	Gabriel Eduardo Schütz, Carlos Machado de Freitas Sandra Hacon	B1	2005
18	DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO TEMÁTICA DE UMA ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL	Daniel Gustavo Fleig, Luis Carlos Ferreira de Sousa Oliveira Mozar José de Brito	B2	2006
19	MODELOS DE GESTÃO E INOVAÇÃO SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS ENTRE NONPROFIT SECTOR E ECONOMIA SOCIAL	Andréa Leite RODRIGUES	B2	2007
20	A DINÂMICA POLÍTICA NO ESPAÇO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DE PODER EM UMA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA	Valéria da Glória Pereira Brito, Mônica Carvalho Alves Cappelle, Mozar José de Brito e Paulo Jose Silva	B1	2008
21	LAÇOS SOCIAIS E FORMAÇÃO DE ARRANJOS ORGANIZACIONAIS COOPERATIVOS – PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE ANÁLISE	Fernando Dias Lopes Mariana Baldi	B1	2005
22	DETERMINANTES DE RISCO DE LIQUIDEZ EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO MODELO LOGIT MULTINOMIAL	Rosiane Maria Lima Gonçalves, Marcelo José Braga	B1	2008
23	ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO E CONFIANÇA EM INTERAÇÕES COOPERATIVAS	Rosangela Violetti Bertolin Antônio Carlos dos Santos Juvêncio Braga de Lima Marcelo José Braga	B1	2008
24	UMA PERSPECTIVA BASEADA EM RECURSOS NO AGRONEGÓCIO COOPERATIVO	Claudia Cristina Bitencourt Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo	B1	2008
25	A TEORIA DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DE MINTZBERG E A GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS: UM ESTUDO NAS ONGS PAULISTAS	Andson Braga de Aguiar, Gilberto de Andrade Martins	B1	2006
26	GESTÃO BASEADA EM VALOR APLICADA AO TERCEIRO SETOR	Alexandre Assaf Neto, Adriana Maria Procópio de Araújo, Mariana Simões Ferraz do Amaral Fregonesi	B1	2006
27	ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR: UMA ANÁLISE CONCEITUAL DAS PARCERIAS INTERSETORIAIS	Rosa Maria Fischer	B2	2005
28	DESEMPENHO DAS COOPERATIVAS NA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS DO BRASIL: UMA ABORDAGEM POR GRUPOS ESTRATÉGICOS	Marco Aurélio Marques Ferreira Marcelo José Braga	B2	2007

29	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO ARTESANAL EM EMPRESA COOPERATIVA: O CASO COPALA	Maria da Luz Góis Campos Elinete Luisa Lopes	B2	2006
30	GESTÃO EM PARCERIA ENTRE UMA FUNDAÇÃO DE APOIO E UM HOSPITAL PÚBLICO UNIVERSITÁRIO: ANÁLISE CUSTO-EFETIVIDADE	Benedito Caelos Maciel, Maria Aparecida de Almeida Leal Wichert, Silvana Pischiottin Peroni Umbelina O. Scapim Próspero	B2	2005
31	COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO: OS DESAFIOS DO FINANCIAMENTO DAS NECESSIDADES LÍQUIDAS DE CAPITAL DE GIRO	Régio Márcio Toesca Gimenes Fátima Maria Pegorini Gimenes	B1	2006
32	APLICABILIDADE DA ANÁLISE DINÂMICA DO CAPITAL DE GIRO COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS	Régio Marcio Toesca Gimenes Fátima Maria Pegorini Gimenes	B1	2008

Fonte: Elaborada pela autora baseada na coleta de dados nos periódicos nacionais classificados no Qualis B1 e B2, pela CAPES no ano de 2008

Apêndice 3 – Procedimentos quanto à classificação da metodologia adotada nas publicações.

Procedimento	Definição
Pesquisa Bibliográfica ¹	É desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos.
Pesquisa Documental ¹	Assemelha-se à pesquisa bibliográfica com diferença na natureza das fontes. É desenvolvida com base em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.
Levantamento ¹	Caracteriza-se pela interrogação direta de pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.
Estudo de Campo ¹	Apresenta muitas semelhanças com o levantamento. Distingue-se, porém, em diversos aspectos. De modo geral, pode-se dizer que o levantamento tem maior alcance e o estudo de campo, maior profundidade.
Estudo de Caso ¹	Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.
Pesquisa-ação ¹	É um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.
Pesquisa Participante ¹	Assim como a pesquisa-ação, caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.
Outros Procedimentos Adotados	
Procedimento	Definição
Análise de Conteúdo ²	Trabalha a palavra, a prática da língua realizada por emissões identificáveis. Leva em consideração as significações (conteúdo), sua forma e a distribuição desses conteúdos e formas. Lida com mensagens e tem como objetivo principal sua manipulação.
Análise Fatorial ³	Tem como objetivo principal explicar a correlação ou covariância, entre um conjunto de variáveis, em termos de um número limitado de variáveis não-observáveis.
Análise Envoltória ⁴	Surge como ferramenta capaz de agilizar esse processo de análise, promovendo um resultado comparativo dos dados de forma menos subjetiva. Essa técnica avalia a eficiência relativa de unidades comparáveis, com a visão de melhorar o desempenho, utilizando um modelo matemático não paramétrico de programação linear.
Análise Interpretativa ⁵	Demonstração dos tipos de relações entre as ideias do autor em razão do contexto científico e filosófico, de diferentes épocas, e exame crítico e objetivo do texto: discussão e resumo.

Análise de Indicadores ⁶	É o parâmetro que medirá a diferença entre a situação desejada e a situação atual, ou seja, ele indicará um problema. O indicador permite quantificar um processo.
Pesquisa survey ⁷	Procura descrever com exatidão algumas características de populações designadas
Análise de cluster ⁸	É um processo de partição de uma população heterogênea em vários subgrupos mais homogêneos.
Análise financeira ⁹	É a capacidade de avaliar a rentabilidade empresarial tendo em vista, em função das condições actuais e futuras, verificar se os capitais investidos são remunerados e reembolsados de modo a que as receitas geradas superem as despesas de investimento e de funcionamento realizadas num dado período de tempo

¹ Para os procedimentos de pesquisa bibliográfica; documental; levantamento; estudo de campo; estudo de caso pesquisa-ação e pesquisa participante foram utilizados os conceitos de GIL 2008.

² BARDIN, 1997 apud MARCONI; LAKATOS, p. 29, 2001

³ FUNARBE, 2010

⁴ VILELA, p. 100, 2007

⁵ GAGLIANO, 1979 apud MARCONI; LAKATOS, p. 28, 2001

⁶ FATEC-SO (2010)

⁷ TRIPODI; FELLIN; MEYER, 1981, apud GALLON, 2008, p. 149

⁸ DONI, p. 22, 2004

⁹ BELO, 2010

Anexo 1 - Lista dos Periódicos Classificados em B1 e B2 pela CAPES - Em 05/04/2010

N	ISSN	Área	Título	Extrato	Ano Base
1	1012-8255	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Academia (Caracas)	B1	2008
2	0103-2100	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Acta Paulista de Enfermagem (UNIFESP. Impresso)	B1	2008
3	0994-4524	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Actuel Marx	B1	2008
4	1316-0354	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Agroalimentaria (Caracas)	B1	2008
5	1413-0394	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Aletheia (ULBRA)	B1	2008
6	1678-8621	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Ambiente Construído (Online)	B2	2008
7	1415-8876	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Ambiente Construído (São Paulo. Impresso)	B2	2008
8	0702-8997	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Anthropologie et Sociétés	B2	2008
9	1204-6140	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Applied Semiotics (Online)	B2	2008
10	0717-6996	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	ARQ (Santiago. En línea)	B1	2008
11	1976-1597	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Asian Journal of Technology Innovation (Seoul)	B2	2008
12	1414-4077	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Avaliação (UNICAMP)	B1	2008
13	1807-054X	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Base (UNISINOS)	B2	2008
14	1807-734X	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	BBR. Brazilian Business Review (Edição em português. Online)	B2	2008
15	1808-2386	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	BBR. Brazilian Business Review (English Edition. Online)	B2	2008
16	1575-5886	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	BiD. Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació	B2	2008
17	1981-3821	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Brazilian Political Science Review	B1	2008
18	0103-412X	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Cadernos de Administração Rural (ESAL) (Cessou em 1998. Cont. ISSN 1517-3879 Organizações Rurais e Agroindustriais (UFLA)	B2	2008
19	1679-3951	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Cadernos EBAPE.BR (FGV)	B1	2008
20	1517-2422	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Cadernos Metr�pole (PUCSP)	B2	2008
21	1676-6288	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Cadernos PROLAM/USP	B2	2008
22	0008-4107	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Canadian Journal of History	B1	2008
23	1413-7054	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Ciência e Agrotecnologia (UFLA)	B1	2008
24	1024-5294	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Competition & Change	B1	2008
25	0872-9662	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Comportamento Organizacional e Gestão	B1	2008

26	0102-6925	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Comunicação & Política	B2	2008
27	1806-4981	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo. Impresso)	B2	2008
28	0102-8529	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso)	B1	2008
29	1727-9232	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Corporate Ownership & Control (Print)	B2	2008
30	1363-3589	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Corporate Reputation Review	B1	2008
31	1139-7861	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Cuadernos de Turismo	B2	2008
32	1545-8490	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Decision Analysis	B2	2008
33	0328-0101	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Delito y Sociedad	B2	2008
34	1750-5933	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Direct Marketing (Print)	B1	2008
35	0012-7353	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	DYNA (Medellín)	B1	2008
36	0104-0618	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso)	B1	2008
37	0873-7444	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Economia Global e Gestão	B1	2008
38	1517-9702	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Educação e Pesquisa (USP. Impresso)	B1	2008
39	0102-4698	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Educação em Revista (UFMG. Impresso)	B1	2008
40	0104-4060	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Educar em Revista (Impresso)	B1	2008
41	1679-4508	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Einstein (São Paulo)	B2	2008
42	1239-2685	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	EJBO. Electronic Journal of Business and Organization Ethics	B2	2008
43	1521-3250	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Emergence (Mahwah, N.J.)	B1	2008
44	1695-6141	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Enfermería Global	B1	2008
45	0104-4036	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso)	B1	2008
46	0101-1723	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Ensaio FEE (Impresso)	B1	2008
47	1414-8145	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Escola Anna Nery	B2	2008
48	0798-1015	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Espacios (Caracas)	B1	2008
49	0327-5841	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Estudios y Perspectivas en Turismo	B1	2008
50	1415-000X	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Estudos de Sociologia (Recife)	B2	2008
51	1414-0144	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Estudos de Sociologia (São Paulo)	B2	2008
52	0101-4161	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Estudos Econômicos (USP. Impresso)	B1	2008
53	0103-2186	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Estudos Historicos (Rio de Janeiro)	B2	2008
54	0872-8496	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Euro Asia	B2	2008

55	0100-7912	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Geografia (Rio Claro. Impresso)	B2	2008
56	0103-3964	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Geosul (UFSC)	B2	2008
57	0223-3290	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Hommes et Migrations. Documents (Cessou em 1986. Cont. ISSN 1142-852X Hommes & Migrations (1987))	B2	2008
58	1577-3388	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Iberoamericana (Madrid)	B2	2008
59	0104-0146	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Informação & Sociedade (UFPB. Impresso)	B2	2008
60	0268-1102	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Information Technology for Development	B1	2008
61	1518-7012	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Interações (UCDB)	B1	2008
62	0034-9690	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Interamerican Journal of Psychology	B1	2008
63	1809-5844	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Intercom (São Paulo. Impresso)	B2	2008
64	1980-3508	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Intercom (São Paulo. Online)	B2	2008
65	1834-7649	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of accounting and Information Management	B2	2008
66	1480-8986	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Arts Management	B2	2008
67	1470-6423	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Consumer Studies (Print)	B1	2008
68	1750-0664	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Electronic Customer Relationship Management (Print)	B1	2008
69	1548-3886	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Electronic Government Research	B1	2008
70	1740-0562	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of High Performance Computing and Networking (Print)	B1	2008
71	0219-8770	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Innovation and Technology Management (IJITM)	B2	2008
72	1363-9196	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Innovation Management	B1	2008
73	1476-1300	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Internet and Enterprise Management	B1	2008
74	1447-9524	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Knowledge, Culture and Change Management	B2	2008
75	0957-4093	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Logistics Management	B1	2008
76	0813-0183	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Management	B1	2008
77	1473-8031	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Simulation: Systems, Science & Technology (Print)	B2	2008
78	1192-2664	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Social Sciences	B2	2008

79	1741-8798	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Technology Marketing (Online)	B2	2008
80	1548-1093	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Web-Based Learning and Teaching Technologies	B1	2008
81	1751-1062	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Journal of Wine Business Research (Print)	B2	2008
82	1662-1387	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Public Management Review	B2	2008
83	0969-6016	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	International Transactions in Operational Research	B1	2008
84	0329-3475	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Invenio (Rosario)	B1	2008
85	1810-4967	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Investment Management & Financial Innovations (Print)	B2	2008
86	1529-7314	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Issues in Information Systems	B2	2008
87	1472-0817	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Journal of Consumer Behaviour	B1	2008
88	1470-5001	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Journal of Corporate Citizenship	B2	2008
89	0883-2323	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Journal of Education for Business	B2	2008
90	1083-9798	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Journal of Emerging Markets	B2	2008
91	0718-2724	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Journal of Technology Management & Innovation	B1	2008
92	1206-1697	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Management International (Montréal)	B2	2008
93	1536-5433	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Management Research (Armonk, N.Y.)	B1	2008
94	0140-9174	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Management Research News	B1	2008
95	0307-4358	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Managerial Finance	B2	2008
96	1470-5931	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Marketing Theory	B1	2008
97	0104-754X	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Movimento (UFRGS. Impresso)	B2	2008
98	1679-0073	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Natureza & Conservação	B1	2008
99	1092-0277	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	North American Actuarial Journal	B1	2008
100	0103-6351	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Nova Economia (UFMG. Impresso)	B1	2008
101	0251-3552	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Nueva Sociedad	B2	2008
102	1413-585X	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Organizações & Sociedade (Impresso)	B2	2008
103	1517-3879	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Organizações Rurais e Agroindustriais (UFLA)	B2	2008
104	0103-863X	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Paidéia (USP. Ribeirao Preto. Impresso)	B1	2008
105	1695-7121	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Pasos (El Sauzal)	B1	2008
106	0102-5473	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Perspectiva (UFSC)	B2	2008

107	1413-9936	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Perspectivas em Ciência da Informação (Impresso)	B1	2008
108	0100-0551	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Pesquisa e Planejamento Econômico (Rio de Janeiro)	B2	2008
109	0032-471X	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Population Review. (Cessou em 1998. Cont.1549-0955 Population Review (Online))	B1	2008
110	0103-7307	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Pró-Posições (UNICAMP. Impresso)	B1	2008
111	8756-9728	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Project Management Journal	B2	2008
112	0103-5371	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Psico (PUCRS. Impresso)	B2	2008
113	1413-8271	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Psico-USF (Impresso)	B1	2008
114	1138-0853	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Psicología Política	B1	2008
115	1414-9893	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Psicologia: Ciência e Profissão (Impresso)	B2	2008
116	1052-0147	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Qualitative Report (Online) (Cessou em 199u. Cont. Qualitative report (Online))	B2	2008
117	1981-5700	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	RAC Eletrônica	B1	2008
118	1415-6555	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	RAC. Revista de Administração Contemporânea (Impresso)	B1	2008
119	0034-7590	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	RAE (Impresso)	B1	2008
120	1676-5648	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	RAE Eletrônica (Online)	B1	2008
121	1518-6776	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	RAM. Revista de Administração Mackenzie (Impresso)	B1	2008
122	1983-7488	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	RAUSP-e (São Paulo)	B2	2008
123	1679-7930	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	RBCEH. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano	B2	2008
124	1413-2311	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre. Online)	B2	2008
125	1579-0185	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Redes, Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales	B1	2008
126	0101-0964	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista ANPEC	B2	2008
127	0034-7183	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Brasileira de Estudos Pedagogicos	B2	2008
128	1679-0731	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Brasileira de Finanças	B1	2008
129	1679-3390	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Brasileira de Orientação Profissional	B2	2008
130	0103-0752	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Brasileira de Probabilidade e Estatística	B2	2008
131	1519-7077	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Contabilidade & Finanças (Impresso)	B1	2008
132	1808-057X	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Contabilidade & Finanças (Online)	B1	2008

133	1414-8889	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista da ABOP (Cessou em 1999. Cont. ISSN 1679-3390 Revista Brasileira de Orientação Profissional (Impresso))	B2	2008
134	0080-6234	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista da Escola de Enfermagem da USP (Impresso)	B1	2008
135	0080-2107	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista de Administração (FEA-USP)	B2	2008
136	0101-7012	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista de Econometria	B2	2008
137	1415-9848	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista de Economia Contemporânea (Impresso)	B1	2008
138	1809-2640	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (Impresso)	B2	2008
139	1807-1775	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (Online)	B2	2008
140	0252-0257	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista de la CEPAL (Impresa)	B2	2008
141	1415-5273	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista de Nutrição (Impresso)	B1	2008
142	1980-6906	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista de Psicologia : Teoria e Prática (Online)	B2	2008
143	1315-2378	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista del CLAD Reforma y Democracia	B2	2008
144	0102-4582	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista do Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo	B2	2008
145	1669-3582	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Electrónica de Psicología Política (En línea)	B2	2008
146	1696-4713	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Electrónica Iberoamericana Sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación	B1	2008
147	1518-1944	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Eletrônica de Enfermagem	B2	2008
148	0104-7043	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista FAEEBA	B2	2008
149	0102-6933	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Gaúcha de Enfermagem (UFRGS. Impresso)	B1	2008
150	1696-294X	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión	B2	2008
151	1022-6508	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Iberoamericana de Educación (Impresa)	B1	2008
152	1518-6768	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Interface	B2	2008
153	1414-4980	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Katálisis (Impresso)	B1	2008
154	1518-8345	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Latino-Americana de Enfermagem (Online)	B1	2008
155	1692-715X	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud	B1	2008
156	1518-6148	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Mal-Estar e Subjetividade (Impresso)	B2	2008
157	1645-4464	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão (Lisboa)	B1	2008

158	1519-549X	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Psicologia Política (Impresso)	B1	2008
159	1984-4867	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revista Turismo em Análise	B2	2008
160	0295-5830	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revue de Droit des Affaires Internationales	B2	2008
161	1260-1705	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Revue Internationale de Psychosociologie	B2	2008
162	1669-2381	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Salud Colectiva	B1	2008
163	0102-8839	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	São Paulo em Perspectiva (Impresso)	B2	2008
164	0104-1290	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Saúde e Sociedade (USP. Impresso)	B1	2008
165	0103-1104	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Saúde em Debate	B2	2008
166	0971-7218	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Science, Technology and Society	B1	2008
167	0973-3167	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	SCMS Journal of Indian Management	B2	2008
168	1415-6946	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Ser Social (UnB)	B2	2008
169	0101-6628	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Serviço Social & Sociedade	B2	2008
170	1679-4842	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Serviço Social em Revista (Online)	B2	2008
171	1747-1117	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Social Responsibility Journal	B2	2008
172	1260-4984	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Systèmes d'Information et Management	B2	2008
173	1532-5555	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Tamara (Las Cruces, N.M.)	B2	2008
174	0104-0707	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Texto & Contexto Enfermagem (UFSC. Impresso)	B1	2008
175	1681-4835	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	The Electronic Journal on Information Systems in Developing Countries	B2	2008
176	0972-6861	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	The ICFAI Journal of Applied Economics	B2	2008
177	0972-9089	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	The ICFAI Journal of Behavioral Finance	B2	2008
178	1741-2439	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	The Journal of Database Marketing & Customer Strategy Management (Print)	B1	2008
179	1465-1211	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	The Journal of Risk	B2	2008
180	1467-3584	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Tourism and Hospitality Research	B1	2008
181	0103-5541	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Turismo em Análise (Cessou em 2007. Cont. ISSN 1984-4867 Revista Turismo em Análise)	B2	2008
182	1697-6223	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Urban Public Economics Review	B1	2008
183	0957-1787	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Utilities Policy	B2	2008
184	0883-2773	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Venture Capital Journal	B2	2008

185	0042-3955	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	Veritas (Porto Alegre)	B2	2008
186	1607-8055	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	World Leisure Journal	B2	2008
187	1991-8755	ADM, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	WSEAS Transactions on Computer Research	B1	2008